

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Prof. Doutor Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete	<i>Presidente</i>
Dr. Luís Frederico Redondo Lopes	<i>Vice Presidente</i>
Dr. António Manuel Lopes Chaves	<i>Secretário</i>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Vitor José Magalhães Assunção	<i>Presidente</i>
Dr. José Eugénio Soares Vinagre	<i>Administrador</i>
Sr. Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa	<i>Administrador Delegado</i>
Dr. ^a Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	<i>Vice Presidente</i>
Sr. Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	<i>Administrador</i>

CONSELHO FISCAL

Dr. António José Caeiro da Motta Veiga	<i>Presidente</i>
Sr. José Manuel de Azeredo Vaz Pinto	<i>Vogal</i>
Dr. José de Oliveira Moreira, em representação de Moreira, Valente & Associados, S.R.O.C.	<i>Vogal</i>
Dr. Carlos de Jesus Pinto Carvalho, R.O.C.	<i>Suplente</i>

COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.
Sede em Algés – Av. José Gomes Ferreira, n° 13
Capital: € 5.550.000, realizado; Capital próprio negativo: € 3.882.544,06.
Registada na C. do R. C. de Cascais sob o n° 15482 • N.I.P.C. 500069891 • Sociedade Aberta

EXERCÍCIO DE 2004

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, prestamos informação clara e completa da actividade da **COMPTA** – Equipamentos e Serviços de Informática, S. A. e submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório, Balanço e Contas individuais, relativas ao exercício de 2004.

1. ACTIVIDADE E ESTRATÉGIA COMERCIAL

Agravou-se em 2004 o clima de recessão nos nossos mercados, no mercado em geral e na economia, que já se vinha fazendo sentir de há três anos a esta parte.

Os reflexos desta retracção estão sendo muito negativos para toda a economia em geral e particularmente graves para os Fornecedores de produtos à área das telecomunicações, sector onde a COMPTA se insere. A Empresa é um reconhecido Fornecedor de soluções integradas para as áreas das telecomunicações e de sistemas de informação para médias e grandes empresas e também como prestadora de serviços, quer no campo das telecomunicações quer no das tecnologias de informação. Está, pois, situada numa área de negócio que se mantém fortemente afectada pela recessão.

A concorrência exacerba-se, os Clientes procuram, legitimamente, tirar partido da situação, as condições de comercialização, nomeadamente os prazos de pagamento, degradam-se e tudo isto acaba por se fazer reflectir nas margens e nos resultados, quadro típico das períodos de acentuada recessão.

Em 2004 o volume de negócios foi de 19,9 milhões de euros, situando-se cerca de 12% aquém do registado no exercício anterior. A quebra fez-se sentir quer nas áreas dos produtos (10,3 milhões de euros contra 12,2 em 2003) quer na dos serviços (9,7 milhões de euros contra 10,4 no ano anterior).

A COMPTA oferece ao mercado vasto e diversificado leque de soluções e serviços cobrindo as áreas das redes multiserviço ATM, TCP/IP, redes locais com e sem fios (Wireless Lan), Redes ADSL, gestão e operação de redes e de sistemas, Voz sobre IP, Vídeo sobre IP, equipamento para teste de redes, contact centers, sistemas de resposta interactiva por voz (IVR), CRM, Data minning e Data warehousing, Help Desk, gestão de conteúdo, arquivo e workflow, Business Integration, segurança de redes e de sistemas de informação, apresentação e pagamento electrónico de documentos (EBPP), vídeo comunicações, segurança, etc.

A oferta da COMPTA desenvolve-se não apenas através da sua actividade comercial junto dos utilizadores finais de tecnologia mas também numa actuação indirecta, em parceria com operadores de telecomunicações, consultores e grandes fabricantes internacionais. Deste modo, durante o ano de 2004, a Empresa orientou e focou a sua estrutura comercial nestes dois sectores, de modo a melhorar a sua eficiência e a manter o reconhecimento dos seus Clientes.

Nas soluções que disponibiliza ao mercado, incluem-se produtos de alguns dos principais leaders mundiais no mercado das tecnologias de informação, com os quais mantém um relacionamento privilegiado, destacando-se entre eles, Actelis, Allot Communications, Altitude Software, Appel, Cisco Systems, Filenet Corporation, Genesys Labs, IBM, Intervoice/Brite, ISS, Juniper Networks,

Lucent Technologies, Mercom, Microsoft, Multitech, Nokia, Nortel Networks, Oracle, Remedy, Sarian, Sonus Networks, Sun Microsystems, Tellabs, Trend Communications, Vanguard MS, etc.

No exercício de 2004 não foi, portanto, alcançado, como já se referiu, o objectivo que se havia fixado, em termos de volume de negócios, quer nos produtos quer nos serviços.

Face às condições prevalentes no mercado considera-se fundamental o lançamento de novos produtos, de tecnologias de ponta e dirigidos a nichos de mercado, cujo reflexo, quer em volumes de negócio quer em termos de margens expectáveis venham a permitir ultrapassar a crise que se atravessa. Tem-se investido com muito interesse na pesquisa desses produtos. Na área da comercialização dos produtos e estudo das soluções integradas, manteve-se a política que tem sido preocupação da empresa – inovação, qualidade, imaginação na concepção e segurança das soluções e eficácia na prestação de serviços.

A margem média de comercialização dos produtos evoluiu negativamente, acabando por situar-se nos 15,5%, contra os 19,5%, registados no do ano anterior.

Quanto à área da prestação de serviços continuaram a realizar-se investimentos de monta, fundamentalmente na formação dos colaboradores, em ordem à melhoria da qualidade de serviços, assumindo custos cujos proveitos associados se projectam nos exercícios futuros.

2. INVESTIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E DESINVESTIMENTOS

A COMPTA é, fundamentalmente, fornecedora de “soluções”, isto é, sistemas complexos que integram a concepção, os materiais e equipamentos mais apropriados a cada caso, as montagens, testes, etc. e, por fim, os serviços de manutenção

Os negócios mais significativos são, pois, geradores de contratos de manutenção e assistência que, naturalmente, se prolongam ao longo dos anos contratados. Considera-se, assim, que uma componente importante dos custos suportados na preparação do projecto ou solução são recuperados por aquela via e, portanto, ao longo de períodos que vão muito para além da simples venda da solução.

No exercício foram realizados investimentos significativos, nomeadamente na área operacional em R&D, formação de pessoal, pesquisa de novos produtos e mercados. Contrariamente ao que acontecia nos exercícios anteriores e em consequência da aplicação das IAS/IFRS bem como a conselho dos Auditores da Sociedade, os equipamentos para reposição e aluguer deixaram de ser contabilizados como incorpóreo, passando a ser integrados no activo corpóreo. Entretanto, tendo-se constatado que a algumas imobilizações incorpóreas efectuadas em exercícios anteriores não corresponderam os proveitos esperados e embora estejamos convictos de que ainda poderão gerar algumas vendas, procedeu-se à sua amortização integral, num total de 1,9 milhões de euros.

No exercício de 2003 foi efectuada a avaliação da totalidade do parque imobiliário afecto ao funcionamento da empresa, tendo presente o tempo decorrido desde as respectivas aquisições, compreendendo os edifícios da sede, da sucursal do Porto e do armazém de Benfica. As indicações do mercado imobiliário são no sentido da manutenção, senão mesmo da valorização relativamente às adoptadas nas reavaliações ao tempo contabilizadas.

No período em apreço, os desinvestimentos atingiram 150 mil euros, correspondentes a abates ao imobilizado corpóreo, de bens alienados ou obsoletos. Procedeu-se ao abate dos activos incorpóreos registados em anos anteriores a 2001, no valor de 2,4 milhões de euros.

Por se entender mais adequado ao período de vida esperado para as imobilizações incorpóreas que se vêm efectuando, foi adoptado o critério de, relativamente às de 2003, utilizar as taxas mínimas previstas no Código do IRC, critério que se manteve em 2004. As amortizações contabilizadas ascenderam a 2,9 milhões de euros, abrangendo os imobilizados corpóreo e incorpóreo.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Tendo em conta os factores adversos já anteriormente descritos, que conduziram ao decréscimo do volume de actividade e das margens de comercialização e, ainda, o reflexo dos resultados das Associadas, os resultados operacionais mostram-se fortemente negativos, -4,5 milhões de euros e o resultado líquido negativo do exercício atingiu os -6,7 milhões de euros.

Influenciaram negativamente os resultados operacionais as quebras nas vendas, de € 2.695.403 e o aumento dos custos operacionais de € 956.590, totalizando, assim, € 3.651.993, a que se deverá acrescer a circunstância de se não ter procedido à imobilização dos custos suportados em 2004, da ordem de 1 milhão de euros, com a criação e desenvolvimento das denominadas «Soluções» inerentes à actividade da COMPTA.

No que às Associadas diz respeito é feita descrição das suas actividades nas contas consolidadas, mas julgamos caber aqui realçar que foram constituídas todas as provisões indicadas a uma gestão prudencial desacompanhadas, no entanto, da contrapartida respeitante a potenciais mais-valias em relação a algumas delas.

Os custos mais directamente dependentes da gestão, têm sido objecto de maior controlo e contenção ajustada à situação.

Também estão a influenciar negativamente a economia de exploração da Empresa os processos instaurados contra terceiros que potencialmente representarão cerca de 9,975 milhões de euros milhões de euros e relativamente aos quais as informações actualizadas dos nossos Advogados nos permitem encarar favoravelmente. Defrontamos aqui é a morosidade da justiça.

Como já foi realçado, a COMPTA tem suportado custos com a procura de novos produtos, que ofereçam características mais favoráveis e se conformem com as necessidades dos Clientes, acções que, normalmente, só proporcionam proveitos no futuro.

De realçar, também, o efeito da aplicação das IAS/IFRS, normas bastante mais rígidas face às praticados anteriormente.

Espera-se que a retoma da economia venha a facilitar a inversão desta situação. Admite-se melhorias nas margens médias de comercialização em consequência dos novos produtos e áreas de intervenção, cujos resultados, conjugados com os reflexos da esperada retoma, que facilitarão a inversão desta situação.

Tendo em conta os riscos de insucesso nas cobranças, que consideramos reduzidos, julga-se adequado o nível das Provisões para riscos de crédito que, neste exercício, foram reforçadas em cerca de 1,8 milhões de euros.

As existências continuam a apresentar um valor despiciendo face ao volume de actividade, representando uma rotação média de 17 dias.

O passivo total subiu cerca de 2,8 milhões de euros muito embora tenha sido possível reduzir o passivo remunerado em cerca de 740 mil euros e negociar a consolidação no médio e longo prazos de 8,55 milhões de euros.

O quadro de colaboradores regista evolução em consonância com a retracção da actividade, de 166 no início do ano para 163 no final.

Cabe fazer aqui uma referência expressa ao problema surgido na prestação de serviços ao Ministério da Educação, mais pelo impacto que teve nos meios de comunicação do que propriamente pelos efeitos que terá tido em termos de negócios. Os Clientes da COMPTA são entidades com características e conhecimentos que lhes permitem facilmente apreender as circunstâncias que originaram o caso e, desse modo, compreendem as razões que nos assistem. Têm connosco relações de há muitos anos, sem problemas quanto à qualidade dos serviços que nos orgulhamos de prestar e, assim, continuam a considerar-nos como parceiros idóneos. Quanto ao problema em si, dispensamo-nos aqui de repetir o que já foi transmitido ao mercado por via do recurso à difusão de comunicados.

Em 31 de Dezembro, a sociedade detinha em carteira acções próprias, cujo valor de aquisição se encontra abatido aos capitais próprios no balanço.

A Sociedade não tinha, em 31 de Dezembro, dívidas em mora ao Estado ou a quaisquer outros entes públicos, muito embora, com o degradar da situação económica e financeira da COMPTA, se tenha posteriormente entrado em mora, relativamente a IVA vencido em Janeiro e Fevereiro, por um total de € 829.887,08. Os IVA's vencidos nos meses subsequentes foram pagos atempadamente e está em curso um plano para saneamento daquela situação.

Na Assembleia Geral que teve lugar em Agosto, foi decidido proceder à redução do capital da sociedade, por diminuição do valor nominal das acções, operação que se formalizou por escritura pública de 15 de Dezembro de 2004. Desta forma, o capital, representado pelo mesmo número de acções, 3 milhões, passou a ter o valor de € 5.550.000, a que passou a corresponder um valor de 1,85€ por acção, em vez dos 5€ que tinha anteriormente. Através desta operação foi então possível à sociedade dar cumprimento às exigências do art. 35º do C.S.C.

Contudo, e por força dos resultados do exercício, a situação líquida em 31 de Dezembro último vem mostrar-se negativa, caindo-se novamente na alçada da referida prescrição legal, situação que deste modo se realça perante os Senhores Accionistas.

O Conselho de Administração tem vindo a estudar vários cenários que permitam relançar económica e financeiramente a COMPTA, havendo total abertura para analisar eventuais parcerias que potenciem as sinergias existentes. Assim, em próxima Assembleia Geral a convocar expressamente para este efeito, será apresentado programa de acção tendente ao encontrar de uma solução que evite a preocupante situação em que se encontra, com todos os inconvenientes que envolve.

Não se pretende alarmar mas tão somente ser realistas, continuando este Conselho com o maior afínco e determinação na busca duma via, com inerentes sacrifícios de todas as entidades envolvidas, por acreditarmos na resolução de tão marcante situação que a todos incomoda.

4. PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Em anexo é apresentado um relatório sobre o assunto em epígrafe.

5. COLABORAÇÃO

O Conselho de Administração reconhece e agradece o apoio, interesse e dedicação demonstrados pelo Conselho Fiscal no desempenho das suas importantes funções.

Igualmente enaltece, realça e agradece o elevado espírito de profissionalismo, sentido do dever e dedicação de todo o Pessoal ao serviço da Empresa, nomeadamente a compreensão demonstrada neste período mais difícil da vida Empresa.

Aos nossos Clientes, Fornecedores e Instituições de Crédito, deseja-se manifestar o nosso obrigado pela confiança que têm depositado na Empresa e pelo que representa de apoio ao crescimento da COMPTA.

Aos Accionistas os agradecimentos pelo acreditar no futuro da COMPTA e pelo que constitui de estímulo a sua aposta.

6. RESULTADOS E SUA DISTRIBUIÇÃO

Propõe-se a seguinte aplicação do resultado obtido no exercício:

- Para resultados transitados € -6.712.940,47

Lisboa, 15 de Abril de 2005

O Conselho de Administração da COMPTA, S.A.

Vitor José Magalhães Assunção, Presidente

José Eugénio Soares Vinagre, Administrador

*Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa, Administrador
Delegado*

*Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães
Assunção, Vice Presidente*

*Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães
Assunção, Administrador*

Relatório sobre práticas de governo da sociedade

Capítulo O. Práticas do Governo das Sociedades

1. A Sociedade adopta, na sua generalidade, as recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades;

Capítulo I. Divulgação da Informação

1. Face à retracção do mercado e ao seu reflexo na actividade da Empresa, continuou a proceder a acertos pontuais na organização, consubstanciados, nomeadamente, numa redução do número de membros do Conselho de Administração. O organograma apresentado no final do presente relatório traduz, no entanto, um esquema organizativo sem alterações sensíveis relativamente ao do exercício anterior. Continua em vigor um sistema de descrição de funções e um sistema APP (análise do perfil pessoal) e existe um Manual do Colaborador, documento distribuído a todos os empregados. A Empresa, no âmbito do seu Sistema de Qualidade está certificada de acordo com a Norma NP ISSO 9001:2000.
2. No final é mostrado um resumo da evolução da cotação das acções. A diminuição do capital operada decidida em Assembleia Geral realizada em Agosto de 2004 e concretizada em 15 de Dezembro desse mesmo ano, não deixou, naturalmente, de se reflectir na cotação das acções. Não obstante, na parte final do ano assistiu-se a uma evolução positiva das cotações e a volumes de transacções pouco habituais do papel. Contudo, dum modo geral, cremos que a evolução das cotações traduz as condições prevaletentes no mercado a atravessar uma fase recessiva.
3. No presente exercício, face ao prejuízo registado, não é possível considerar qualquer remuneração ao capital.
4. Não existem nem estão previstos, quaisquer planos de atribuição de opções ou de aquisição de acções.
5. A sociedade tem disponível uma página na Internet – www.compta.pt – onde põe à consulta do mercado informações de várias naturezas - financeiras, comerciais, parcerias, factos mais significativos na vida da sociedade, etc. - que reputa de suficiente interesse para divulgação.
6. Não existe gabinete de apoio ao investidor. O representante para as relações com o mercado é o Administrador, Sr. Dr. José Eugénio Soares Vinagre.

Capítulo II. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Não existem regras estatutárias que afastem o direito de voto por correspondência, não estando, no entanto, definido qualquer modelo para o efeito. Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos.
2. A representação de accionistas nas reuniões da assembleia-geral apenas poderá ser feita pelo seu cônjuge, ascendente ou descendente, por outro accionista ou por membro do conselho de administração.

3. Os instrumentos de representação voluntária, tanto de pessoas colectivas como singulares, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da assembleia-geral até ao terceiro dia útil antes da data prevista para a reunião.
4. A cada grupo de 100 acções corresponde um voto. Não serão contados votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou em representação de outro, excedam 10% dos votos correspondentes ao capital.

Capítulo III. Regras Societárias

1. Não existem códigos de conduta próprios da sociedade.
2. A sociedade dispõe de sistema interno de controlo para detecção dos riscos inerentes à actividade da empresa, baseado em auditorias efectuadas, pelo menos, 2 vezes por ano.
3. Não existem limitações ao exercício do direito de voto para além dos fixados no contrato de sociedade - art.º 11º, nº 2: “Não serão contados os votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou em representação de outros, excedam dez por cento dos votos correspondentes ao capital.” Não são conhecidos acordos parassociais.
4. Não existem na Sociedade Comissões Específicas que possam ser enquadradas no nº 2 do Capítulo I do Anexo do Regulamento nº 11/2003 da CMVM;

Capítulo IV. Órgão de Administração

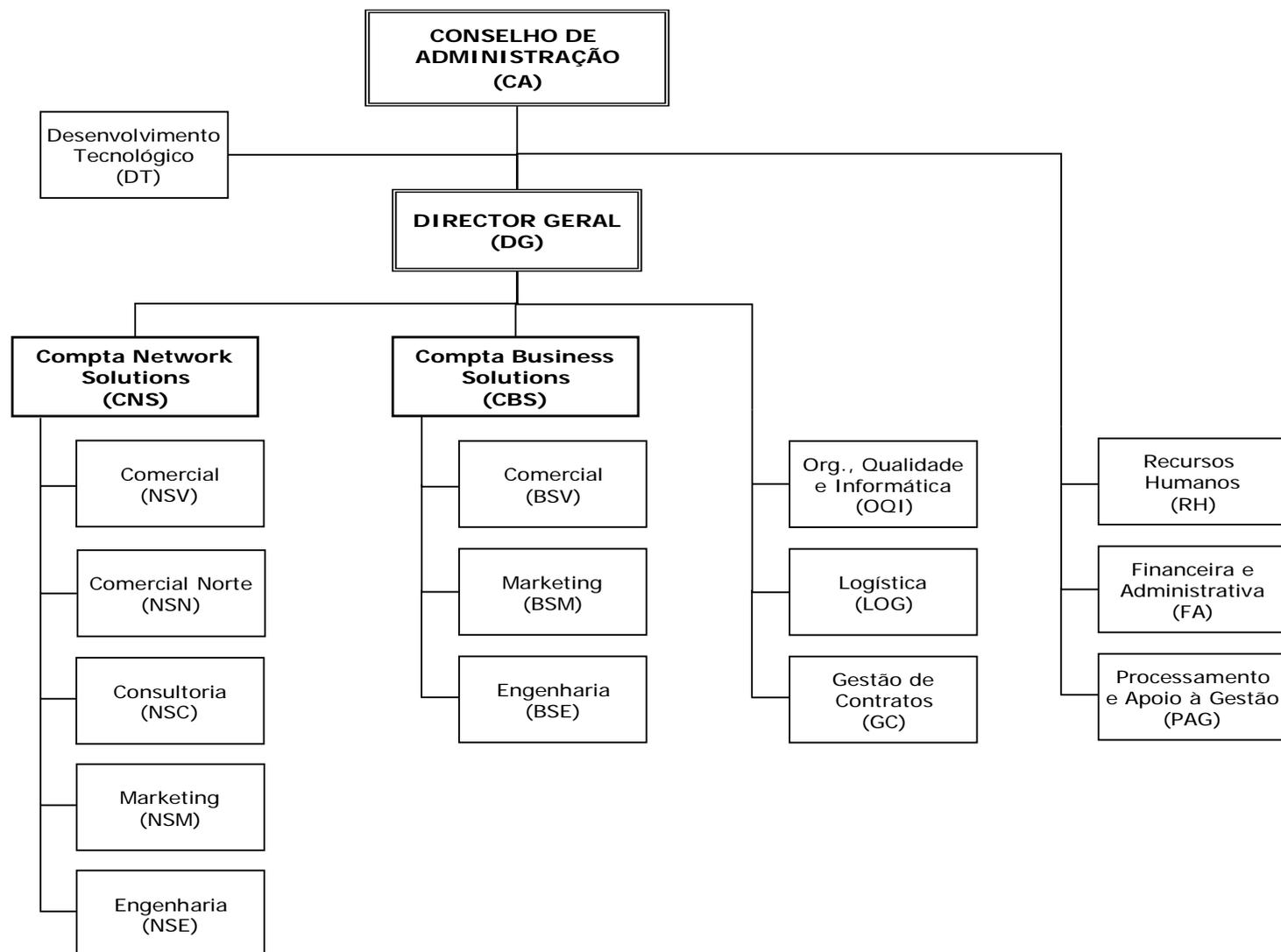
1. Entre os 5 administradores da sociedade, 2 deles são independentes em relação aos accionistas dominantes. Dos 5 membros, 3 exercem uma orientação permanente em relação à gestão da sociedade e os restantes 2 são não executivos. No final deste relatório é apresentado um quadro detalhado.
2. Tal como já se referiu teve lugar a redução do Conselho de Administração para 5 membros, dos quais 3 executivos e os restantes dois não executivos.
3. Os administradores executivos e não executivos reúnem-se com regularidade, pelo menos quinzenalmente, para análise da orientação da sociedade. Os administradores executivos trocam impressões diariamente, apenas reunindo de um modo formal quando algum assunto o exija.
4. O Conselho de Administração reúne-se quinzenalmente com os Assessores da Administração e com o Director Geral, passando em revista a actividade desenvolvida na quinzena, analisando as perspectivas e equacionando as medidas que se imponham.
5. Não existem comissões de controlo internas.
6. Os membros da administração não têm as suas remunerações dependentes directamente dos resultados da sociedade.
7. As condições remuneratórias são fixadas por uma Comissão de Vencimentos, eleita pelos accionistas. Nunca foi proposto qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de sua aquisição e não está previsto para um futuro próximo.

Administradores	Remunerações auferidas (€)		
	Parte fixa	Parte	Total

		variável	
Executivos	627.167	-	627.167
Não executivos	98.000	-	98.000
Totais	725.167	-	725.167

Lisboa, 15 de Abril de 2005

Capítulo I – 1.



Capítulo I – 2.

2004 Mês	Nº de Sessões	Nº de Operações	Quantidade	Valor (€)	Cotações					
					Última		Mínima		Máxima	
					€	Data	€	Data	€	Data
JAN	16	72	31.624	54.264	1,72	30/01/04	1,61	02/01/04	1,84	19/01/04
FEV	18	335	194.232	425.177	2,20	27/02/04	1,70	02/02/04	2,70	18/02/04
MAR	22	290	171.312	391.805	2,11	31/03/04	1,87	24/03/04	2,50	03/03/04
ABR	11	51	28.064	54.251	1,92	30/04/04	1,83	30/04/04	2,05	05/04/04
MAI	13	57	18.422	35.137	1,78	31/05/04	1,71	31/05/04	2,09	05/05/04
JUN	15	43	13.001	23.635	1,80	29/06/04	1,72	18/06/04	1,89	01/06/04
JUL	14	88	37.594	61.786	1,55	30/07/04	1,52	28/07/04	1,81	07/07/04
AGO	20	65	18.671	28.490	1,47	31/08/04	1,40	09/08/04	1,59	19/08/04
SET	13	42	21.762	32.327	1,50	30/09/04	1,45	27/09/04	1,54	10/09/04
OUT	10	72	34.666	53.313	1,48	27/10/04	1,38	08/10/04	1,65	14/10/04
NOV	13	27	10.335	15.043	1,42	29/11/04	1,42	29/11/04	1,51	22/11/04
DEZ	13	458	308.920	676.912	1,80	31/12/04	1,35	13/12/04	2,57	29/12/04
Totais Médias	178	1.600	888.603	1.852.1460	1,80		1,35		2,70	

Nestes últimos quatro exercícios os resultados alcançados não permitiram a atribuição de dividendos, contrariamente à política adoptada anteriormente pois, desde que foi possível, distribuíram-se dividendos e procedeu-se a diversos aumentos de capital por incorporação de reservas.

Capítulo IV – 1.

Entidade		Cargo	Funções de administração exercidas noutras sociedades
Vítor José Magalhães Assunção	D/E	Presidente	Compta Internacional – Investimentos e Participações, S.A. – Presidente do C.A. E-Tempus International, Ltd. - Gerente E-Tempus SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – Presidente do C.A.
Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	D/E	Vice-Presidente	Áudio Media – Sistemas e Tecnologias de Informação, S. A. Comptrading – Companhia de Comércio e Serviços, S.A. – Presidente do C.A. Dez – Desenvolvimento Empresarial, S.A. – Presidente do C.A. E-Tempus International, Ltd. - Gerente E-Tempus SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – Administrador Spectacolor Portugal – Publicidade Informatizada, S.A. – Presidente do C.A.
Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa	I/E	Adm.Delegado	Compta B2B – Tecnologias de Informação, S.A. – Presidente do C. A. Imotron – Edifícios Inteligentes, S. A. S3 – Sistemas, Software e Serviços, S.A. – Presidente do C.A.
José Eugénio Soares Vinagre	I/NE	Administrador	
Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	D/NE	Administrador	

D – Accionistas dominantes; I – Accionistas Independentes

Ao Auditor foram liquidadas, no exercício de 2003, as verbas a seguir indicadas (s/ IVA), a título de remuneração dos serviços prestados, não tendo havido quaisquer outras relações:

12x€1.525,00 = €18.300,00 - Honorários

2x€7.500,00 = €15.000,00 – Honorários relativos ao parecer do Auditor Externo

2x€6.200,00 = €12.400,00 – Trabalhos adicionais para emissão do parecer de Auditor Externo Total: €45.700,00

COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	2004			2003	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2004	2003
		Activo bruto	Amort.e prov. acumuladas	Activo líquido					
IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO			
Imobilizações incorpóreas						Capital	36 e 40	5.550.000,00	15.000.000,00
Despesas de instalação	8 e 10	-	-	-	2.009.609,61	Acções próprias	40		
Despesas de investigação e desenvolvimento	8 e 10	3.471.480,49	1.247.052,50	2.224.427,99	3.825.577,47	Valor nominal	40	(52.059,00)	(70.381,58)
Propriedade industrial e outros direitos	10	-	-	-	551,18	Prémios e descontos	40	(239.041,43)	(220.718,85)
Outras imobilizações incorpóreas	10	-	-	-	611.635,17	Ajustamentos de partes de capital em filiais	40	(5.421.196,92)	(5.304.379,93)
Imobilizações em curso	10	-	-	-	319.180,02	Reservas			
		3.471.480,49	1.247.052,50	2.224.427,99	6.766.553,45	Reservas de reavaliação	40	1.346.640,36	1.365.283,08
Imobilizações corpóreas						Reserva legal	40	1.174.181,07	1.174.181,07
Terrenos e recursos naturais	10	2.583.120,27	-	2.583.120,27	2.583.120,27	Reservas livres	40	1.712.582,58	1.712.582,58
Edifícios e outras construções	10	7.915.226,35	492.718,57	7.422.507,78	7.580.812,30	Resultados transitados	40	(1.240.710,25)	(7.523.174,62)
Equipamento básico	10	12.190.662,55	10.776.691,94	1.413.970,61	947.839,10	Resultado líquido do exercício	40	(6.712.940,47)	(689.124,13)
Equipamento de transporte	10	1.211.327,78	1.186.722,21	24.605,57	221.079,12			(3.882.544,06)	5.444.267,62
Ferramentas e utensílios	10	53.838,35	45.978,15	7.860,20	13.462,32				
Equipamento administrativo	10	1.058.483,03	891.791,02	166.692,01	218.070,67				
		25.012.658,33	13.393.901,89	11.618.756,44	11.564.383,78	DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo			
Investimentos financeiros						Dívidas a instituições de crédito	51	8.550.000,00	-
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	1.951.005,94		1.951.005,94	4.039.068,86	Fornecedores de imobilizado, c/c	15	5.827.549,30	6.281.525,60
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	10.916,45		10.916,45	5.916,45			14.377.549,30	6.281.525,60
		1.961.922,39	-	1.961.922,39	4.044.985,31	DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo			
CIRCULANTE						Dívidas a instituições de crédito	51	8.329.399,26	17.013.596,73
Existências						Adiantamentos por conta de vendas		1.932.650,51	361.146,67
Mercadorias	41	404.005,53		404.005,53	548.542,95	Fornecedores, c/c		5.957.890,71	4.196.048,15
Dívidas de terceiros - Curto prazo						Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		76.746,03	243.495,84
Clientes, c/c		10.636.596,13	2.485.723,93	8.150.872,20	10.414.213,96	Fornecedores de imobilizado, c/c	15	443.966,36	595.400,91
Clientes de cobrança duvidosa		689.094,75	689.094,75	-	-	Estado e outros entes públicos	48	1.058.998,37	946.780,13
Adiantamentos a fornecedores		235.294,19		235.294,19	299.106,40	Outros credores	49	273.192,97	47.298,65
Estado e outros entes públicos	48	42.908,38		42.908,38	149.404,81			18.072.844,21	23.403.767,08
Accionistas		92.430,27		92.430,27	129.930,27	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Outros devedores	49	1.963.956,43	306.045,44	1.657.910,99	1.802.460,92	Acréscimo de custos	50	1.118.323,01	1.053.451,93
	23 e 34	13.660.280,15	3.480.864,12	10.179.416,03	12.795.116,36	Impostos diferidos	50	457.849,07	464.920,45
Depósitos bancários e caixa								1.576.172,08	1.518.372,38
Depósitos bancários		1.206.405,24		1.206.405,24	144.689,29				
Caixa		15.376,03		15.376,03	18.578,28				
		1.221.781,27		1.221.781,27	163.267,57	Total do passivo		34.026.565,59	31.203.665,06
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									
Custos diferidos	50	451.315,28		451.315,28	292.292,93				
Impostos diferidos	50	2.082.396,60		2.082.396,60	472.790,33				
		2.533.711,88		2.533.711,88	765.083,26				
Total de amortizações			14.640.954,39						
Total de provisões			3.480.864,12						
Total do activo		48.265.840,04	18.121.818,51	30.144.021,53	36.647.932,68	Total do capital próprio e passivo		30.144.021,53	36.647.932,68

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2004

COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em euros)

CUSTOS E PERDAS	No-tas	2004		2003		PROVEITOS E GANHOS	No-tas	2004		2003	
Custo das mercadorias vendidas	41		8.713.498,46		9.848.369,97	Vendas de mercadorias		10.257.331,91		12.239.336,76	
Fornecimentos e serviços externos			4.369.073,96		3.793.373,97	Prestações de serviços		9.662.091,61	19.919.423,52	10.375.489,75	22.614.826,51
Custos com pessoal						Proveitos suplementares				-	
Remunerações		5.233.831,67		5.010.710,67		Subsídios à exploração				-	
Encargos sociais						Trabalhos para a própria empresa				913.835,00	
Prémios para pensões			78.357,64		109.614,09	Outros proveitos operacionais	(B)	33.949,72	33.949,72	573.413,91	1.487.248,91
Outros			1.102.265,82		6.327.534,58				19.953.373,24		24.102.075,42
Amortizações do imobilizado	10		2.890.909,41		3.164.923,50	Ganhos em empresas do grupo				352.816,36	
Provisões	34		1.844.409,69		200.620,88	Rendim. de títulos negoci. e outras aplicações					
Impostos			190.863,37		132.800,92	Outros					
Outros custos operacionais			5.263,48	196.126,85	4.259,84	Outros juros e proveitos similares					
	(A)		24.428.473,50		23.471.883,66	Outros juros e proveitos similares - Outros	45	169.099,67	169.099,67	603.305,46	956.121,82
Perdas em empresas do grupo			1.971.245,93		-		(D)				25.058.197,24
Juros e custos similares						Proveitos e ganhos extraordinários	46		7.876,92		293.550,81
Juros e custos similares - Outros	45		1.551.986,13	3.523.232,06	1.586.569,40				20.122.472,91		
	(C)			27.951.705,56							
Custos e perdas extraordinários	46		457.512,51		950.959,19						
	(E)			28.409.218,07							
Imposto sobre o rendimento do exercício	6		(1.565.927,77)		26.009.412,25						
	(G)			31.459,93							
Resultado líquido do exercício			26.843.290,30		26.040.872,18						
			(6.712.940,47)		(689.124,13)						
			20.130.349,83		25.351.748,05		(F)		20.130.349,83		25.351.748,05

Resultados operacionais: (B)-(A)=	(4.475.100,26)	630.191,76
Resultados financeiros: (D)-(C-A)=	(3.354.132,39)	(630.447,58)
Resultados correntes: (D)-(C)=	(7.829.232,65)	(255,82)
Resultados antes de impostos: (F)-(E)=	(8.278.868,24)	(657.664,20)
Resultado líquido do exercício: (F)-(G)=	(6.712.940,47)	(689.124,13)

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR FUNÇÕES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em euros)

	2004	2003
Vendas e prestação de serviços	19.919.423,52	22.614.826,51
Custo das vendas e prestação de serviços	(16.135.394,04)	(16.951.898,65)
Resultados Brutos	3.784.029,48	5.662.927,86
Outros proveitos e ganhos operacionais	41.826,64	1.780.799,72
Custos de distribuição	(155.106,46)	(231.540,26)
Custos administrativos	(8.137.973,00)	(6.288.444,75)
Outros custos e perdas operacionais	(457.512,51)	(365.058,77)
Resultados Operacionais	(4.924.735,85)	558.683,80
Custos líquidos de financiamento	(1.169.828,90)	(1.303.878,39)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	(1.971.245,93)	352.816,36
Ganhos (perdas) em outros investimentos	(213.057,56)	320.614,45
Resultados correntes	(8.278.868,24)	(71.763,78)
Imposto sobre resultados correntes	1.565.927,77	(31.459,93)
Resultados correntes após impostos	(6.712.940,47)	(103.223,71)
Resultado extraordinário		(585.900,42)
Resultado líquido do exercício	(6.712.940,47)	(689.124,13)
Resultado por ação	(2,24)	(0,23)

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em euros)

	2004	2003	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	+	17.064.156,59	25.764.198,78
Pagamentos a fornecedores	-	11.675.934,60	14.460.552,76
Pagamentos ao pessoal	-	4.068.274,26	4.363.749,51
Fluxo gerado pelas operações		1.319.947,73	6.939.896,51
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	42.304,26	(140.977,94)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacion	-/+	2.623.007,81	(1.997.511,74)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		3.985.259,80	4.801.406,83
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	+	1.330,82	6.160,93
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-	31.274,05	3.347,51
Fluxos das actividades operacionais (1)		3.955.316,57	4.804.220,25
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	+		28.750,00
Imobilizações corpóreas	+	1.872,65	35.151,49
Juros e proveitos similares	+	82.688,20	89.116,49
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros	-	5.000,00	75.464,39
Imobilizações corpóreas	-	10.483,14	208.415,68
Imobilizações incorpóreas	-	612.436,91	425.439,66
Fluxos das actividades de investimento (2)		(543.359,20)	(556.301,75)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	+	10.576.803,15	9.979.399,22
Outros recebimentos provenientes de act. de financiamento	+	2.946.598,57	11.905.504,72
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	-	1.743.933,34	10.846.125,45
Amortização de contratos de locação financeira	-	1.139.554,50	1.699.991,44
Juros e custos similares	-	1.087.852,83	1.028.148,23
Aquisição de acções (quotas) próprias	-		109,73
Outros pagamentos provenientes de act. de financiamento	-	11.905.504,72	12.735.656,86
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(2.353.443,67)	(4.425.127,77)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		1.058.513,70	(177.209,27)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		163.267,57	340.476,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.221.781,27	163.267,57
		1.058.513,70	(177.209,27)

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004**

(Montantes expressos em euros - €)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Compta – Equipamentos e Serviços de Informática, S.A. é uma sociedade anónima, constituída em 16 de Maio de 1972, que tem como actividade principal a comercialização de produtos de informática e prestação de serviços conexos.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia de Accionistas e publicação. A Empresa preparou também contas consolidadas, as quais reflectem em 31 de Dezembro de 2004, relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças:

	<u>Aumento/Diminuição</u>
Total do activo líquido	2.187.318
Total do passivo (excluindo interesses minoritários)	5.644.046
Capital próprio	(4.042.686)
Resultado do exercício	825.668
Proveitos totais	4.432.091

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas que compreendem essencialmente despesas de investigação e desenvolvimento em produtos e sistemas geradores de proveitos. Em 2003 procedeu-se à alteração do critério de amortização ao utilizar as taxas mínimas para os bens adquiridos no exercício. O período de amortização do imobilizado incorpóreo passou de 3 anos para 5 anos (Nota 8).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliadas de acordo com as disposições legais do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Em 2004 procedeu-se à alteração do critério de amortização ao utilizar as taxas mínimas para os bens adquiridos no exercício.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	<u>Anos médios de vida útil</u>
Edifícios e outras construções.....	50
Equipamento básico.....	8
Equipamento de transporte.....	8
Ferramentas e utensílios.....	8
Equipamento administrativo.....	16

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b), são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas em 31 de Dezembro de 2004 encontravam-se registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

f) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

4. ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de cada ano. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados.

6. IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos para os exercícios de 1998 e seguintes. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2001 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Segurança Social pode ser revista durante dez anos.

A Administração da Empresa entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 e 2003.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os ganhos ou perdas registados por via da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais, mantendo-se a tributação dos dividendos quando distribuídos.

A Empresa registou impostos diferidos resultantes de diferenças temporais entre o momento em que os custos e proveitos são reconhecidos contabilisticamente e o momento em que são reconhecidos para efeito de apuramento da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) relativos a reavaliações de edifícios efectuadas em 2003 (Nota 10 e 12), bem como os resultantes de prejuízos fiscais reportáveis.

Decomposição dos Activos e Passivos por impostos diferidos por tipo de diferença à data do Balanço:

	Total		Operações na D.R.		Movimentações noutras rubricas Capital Próprio			
	2004	2003	2004	2003	Reavaliação		Outras	
					2004	2003	2004	2003
Diferenças temporárias que originaram Activos por impostos diferidos								
Prejuízos fiscais	5.969.566	116.452	5.853.114	116.452	-	-	-	-
Reconhecimento inicial de activos e passivos	1.602.785	1.602.785	-	-	-	-	-	1.602.785
Total I	7.572.351	1.719.238	5.853.114	116.452	-	-	-	1.602.785
Diferenças temporárias que originaram Passivos por impostos diferidos								
Reavaliação de activos imobilizados	1.664.906	1.690.620	-	-	(25.714)	1.690.620	-	-
Total II	1.664.906	1.690.620	-	-	(25.714)	1.690.620	-	-
Valores reflectidos no balanço								
Activos por Impostos Diferidos (Total I x Taxa)	2.082.397	472.790	1.609.606	32.024	-	-	-	440.766
Passivos por Impostos Diferidos (Total I x Taxa)	457.849	464.920	-	-	(7.071)	464.920	-	-

Relacionamento entre gastos (proveitos) de impostos e o resultado contabilístico e outras variações patrimoniais (evidenciando a taxa efectiva média)

	Total		Operações na DR		Movimentações noutras Rubricas			
	2004	2003	2004	2003	Reavaliação		Outras	
					2004	2003	2004	2003
Resultados e outras variações patrimoniais								
1. antes de impostos	(6.712.940)	(657.664)	(6.255.752)	(657.664)	-	-	-	-
2. Taxa de imposto	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Imposto do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Lucro tributável	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Tributações autónomas	50.790	64.191	50.790	64.191	-	-	-	-
7. Imposto total	50.790	64.191	50.790	64.191	-	-	-	-
8. Taxa média	-	-	-	-	-	-	-	-
9. Taxa efectiva	-1%	-10%	-1%	-10%	-	-	-	-

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2004 e 2003, o número médio de pessoal foi de 163 e 166, respectivamente.

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO E INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A rubrica despesas de instalação engloba, a 31 de Dezembro de 2003, os valores ao custo de aquisição despendidos com a expansão da Empresa, designadamente aumentos de capital nos últimos exercícios. Estas despesas são amortizadas em 3 anos se registadas até 2002 e em 6 anos para aquisições posteriores. Estas foram abatidas em 2004 conforme Nota 10.

A rubrica despesas de investigação e desenvolvimento engloba as despesas com o lançamento de novos produtos, formação técnica do pessoal da Empresa nos mesmos e, ainda, desenvolvimento de produtos próprios. Estas despesas são amortizadas em 3 anos se registadas até 2002 e em 5 anos se investidas no exercício (Nota 3 a)).

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO	<i>Saldo inicial</i>	<i>Aumen- tos</i>	<i>Aliena- ções</i>	<i>Transf., abates e ajustam.</i>	<i>Saldo final</i>
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	3.392.843			3.392.843	
Despesas de investigação e desenvolvimento	5.002.597	25.000		1.556.116	3.471.480
Propriedade industrial e outros direitos	1.240			1.240	
Outras imobilizações incorpóreas	3.356.124	582.687		3.938.811	
Imobilizações em curso	319.180			319.180	
	12.071.984	607.687		9.208.191	3.471.480
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	2.583.120				2.583.120
Edifícios e outras construções	7.915.226				7.915.226
Equipamento básico	11.414.922	778.176		2.435	12.190.663
Equipamento de transporte	1.359.985	1.836	150.493		1.211.328
Ferramentas e utensílios	53.481	357			53.838
Equipamento administrativo	1.057.765	718			1.058.483
	24.384.499	781.087	150.493	2.435	25.012.658
Investimentos financeiros					
Partes de capital em empresas do grupo	4.039.069			2.088.063	1.951.006
Títulos e outras aplicações financeiras	5.916	5.000			10.916
	4.044.985	5.000		2.088.063	1.961.922
	40.501.468	1.393.774	150.493	11.298.688	30.446.061
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	1.383.234	809.242		2.192.475	
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.177.020	1.072.729		1.002.696	1.247.053
Propriedade industrial e outros direitos	689	379		1.068	
Outras imobilizações incorpóreas	2.744.489	282.477		3.026.966	
	5.305.431	2.164.826		6.223.204	1.247.053
Imobilizações corpóreas					
Edifícios e outras construções	334.414	158.305			492.719
Equipamento básico	10.467.082	312.101		2.491	10.776.692
Equipamento de transporte	1.138.906	197.839	150.030	(7)	1.186.722
Ferramentas e utensílios	40.019	5.902		(57)	45.978
Equipamento administrativo	839.694	51.936		(161)	891.791
	12.820.115	726.083	150.030	2.267	13.393.902
	18.125.546	2.890.909	150.030	6.225.471	14.640.954

O valor registado em transferências e abates inclui o abate no valor de € 1.973.897 relativo a investimentos efectuados em novas tecnologias em 2001 e 2002, cujos proveitos gerados até ao exercício se revelavam insuficientes. O abate foi efectuado pelo valor contabilístico em resultados transitados.

O montante de € 2.088.063, registado na rubrica de Investimentos financeiros – partes de capital em empresas do grupo, resulta de:

- A redução de € 1.971.246 correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo, registado por contrapartida de perdas do exercício (Nota 45);
- A redução de € 116.817 registada na rubrica de ajustamentos de partes de capital em filiais, correspondente a diferenças de compra (goodwill) gerados na Empresa e na participada E-Tempus SGPS, S.A., entre o custo de aquisição e o valor proporcional do capital próprio das participadas, reportado a 1 de Janeiro de 2004. Aquele montante compreende todos os ajustamentos iniciais efectuados nas novas participações detidas pela E-Tempus SGPS, S.A (Nota 40).

As alienações de imobilizações corpóreas geraram mais-valias de € 993 registadas nos resultados extraordinários (Nota 46).

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

Em anos anteriores a 2004, a Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da seguinte legislação: Decreto-Lei nº 430/78 de 27 de Dezembro, Decreto-Lei nº 219/82 de 2 de Junho, Decreto-Lei nº 399-G/84 de 28 de Dezembro, Decreto-Lei nº 118-B/86 de 27 de Maio, Decreto-Lei nº 111/88 de 2 de

Abril, Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de Janeiro, Decreto-Lei nº 264/92 de 24 de Novembro e Decreto-Lei nº31/98 de 11 de Fevereiro.

Como resultado destas reavaliações efectuadas as amortizações dos exercícios de 2004 e 2003 foram aumentadas por € 2.503 e € 3.054, respectivamente. Destes montantes, uma parte (40%) não é aceite para efeitos da determinação da matéria colectável em imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas.

No ano de 2003 a Empresa reavaliou os edifícios do seu imobilizado com base no valor corrente de mercado. Desta reavaliação resultou um aumento de € 1.692.763 nas rubricas Terrenos e Edifícios e outras construções. Relativamente às amortizações do exercício de 2004 estas foram aumentadas no valor de € 25.714, não sendo este montante aceite para efeitos da determinação da matéria colectável em imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas.

14. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 existiam imobilizações corpóreas em poder de terceiros nos montantes de € 2.446.592 e € 2.446.592 respectivamente

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas não vencidas no montante de € 6.271.516 registadas na rubrica "Fornecedores de Imobilizado". Aquelas rendas vencem-se nos próximos exercícios como segue:

	Curto prazo	Médio prazo
2005	443.966	
2006		436.305
2007		438.850
2008 e seguintes		4.952.395
	443.966	5.827.549

16. EMPRESAS DO GRUPO E PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, as empresas do grupo e participadas eram como segue:

Empresa	Activo	Capital	Proveitos	Resultado	Participação	
	líquido	próprio	totais	líquido	%	montante
Empresas do grupo						
E-Tempus SGPS, S.A.	7.185.983	1.760.103	264.842	(1.945.356)	100,0%	1.760.098
Compta Internacional, S.A.	59.129	58.129	175	(5.783)	100,0%	63.912
Compta B2B, S.A.	452.231	127.250	442.387	(25.942)	99,8%	126.996
						1.951.006
Empresas participadas						
Sodera						5.667
Opex						5.000
Unesul						249
						10.916

22. EXISTÊNCIAS À GUARDA DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a Empresa possuía fora das suas instalações, à guarda de terceiros, bens no valor global de € 153.129 e € 248.601, respectivamente.

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2004 existiam dívidas de cobrança duvidosa, no montante de aproximadamente € 3.480.864 totalmente provisionadas.

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas com o pessoal:

	2004	2003
Saldos devedores	193.015	116.024
Saldos credores	96.440	37.955

28. DÍVIDAS EM MORA COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Na Empresa, existiam dívidas em mora ao Estado ou a outros entes públicos nos seguintes montantes: € 227.343 de IVA referente aos mês de Novembro e € 602.544 de IVA referente ao mês de Dezembro.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

A Empresa tinha em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, responsabilidades por extractos de facturas e letras descontadas no valor de, respectivamente:

	2004	2003
Factoring	2.292.697	2.648.157
Letras descontadas	3.673	21.457
	2.296.370	2.669.614

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a Empresa tinha assumido responsabilidades com garantias prestadas, para concursos públicos, como segue:

	2004	2003
Garantias bancárias	3.280.960	545.062
Seguros de caução	376.531	149.906
	3.657.491	694.968

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Utilização	Saldo final
Provisões para cobrança duvidosa	1.066.629	2.108.190		3.174.819
Provisões para outros devedores	46.668	259.377		306.045
	1.113.297	2.367.567		3.480.864

Não foi constituída provisão para uma dívida de anos anteriores no montante de 1.189 mil euros, por se considerar que este valor é recuperável. Esta dívida teve origem na venda de material de suporte à manutenção que havia sido adquirido para fazer face a uma distribuição que passou para a representada quando esta passou a operar directamente no mercado nacional.

35. REDUÇÃO DO CAPITAL

No exercício verificou-se uma redução do capital social de € 15.000.000 para € 5.550.000 e consequente alteração do valor nominal de € 5 para € 1,85.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2004 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 3.000.000 acções ao portador com o valor nominal de um euro e oitenta e cinco cêntimos cada.

40. VARIAÇÃO DAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Estas contas tiveram os seguintes movimentos durante o exercício:

Descrição	Saldo inicial	Aumen- tos	Diminui- ções	Transfe- rências	Saldo final
Capital	15.000.000		9.450.000		5.550.000
Acções próprias					
Valor nominal	-70.382		-88.641	-70.318	-52.059
Prémios e descontos	-220.719		88.641	70.318	-239.041
Ajustamentos de partes de capital em filiais	-5.304.380		116.817		-5.421.197
Reservas de reavaliação	1.365.283		18.643		1.346.640
Reserva legal	1.174.181				1.174.181
Reservas livres	1.712.583				1.712.583
Resultados transitados	-7.523.175	9.450.000	2.478.412	-689.124	-1.240.710
Resultado líquido do exercício	-689.124		6.712.940	689.124	-6.712.940
	5.444.268	9.450.000	18.776.812	0	-3.882.544

Ajustamento de partes de capital em filiais: O montante de € 5.421.197 registado nesta rubrica resulta da diferença entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o valor proporcional à participação da Empresa no capital próprio das associadas reportado à data da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial e à proporção da Empresa em ajustamentos efectuados por empresas associadas directamente nos seus capitais próprios (Nota 10).

Reservas de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável e da reavaliação pelo valor corrente de mercado dos edifícios (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Resultados Transitados: O aumento e diminuição registados nesta rubrica reflectem os registos efectuados na Compta, SA, ao abater investimentos de anos anteriores conforme nota 10 pelo montante de € 1.973.897 e ao provisionar dívidas de clientes – redução total de € 523.157.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

O custo das mercadorias vendidas nos exercícios de 2004 e 2003 foi determinado como segue:

	2004	2003
Existências iniciais	548.543	841.068
Compras	8.345.447	9.982.073
Regularização de existências	223.514	-426.228
Existências finais	-404.006	-548.543
Custo do exercício	8.713.498	9.848.370

O montante de € 223.514 diz respeito essencialmente a transferências para imobilizado incorpóreo de material de conservação e reparação (peças e sobressalentes) necessário à assistência técnica ao parque de equipamentos e sistemas instalados no mercado (Nota 3.a)).

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, no exercício de 2004 e de 2003, foram de € 725.167 e € 764.132, respectivamente. De acordo com os seus estatutos, a Empresa é responsável pelo pagamento de pensões de reforma aos Administradores que tenham desempenhado funções na Empresa durante um mínimo de quinze anos, podendo a Assembleia Geral, em casos excepcionais, deliberar a atribuição deste benefício se não se encontrarem satisfeitas aquelas condições. No decurso de 2004 e 2003 não se verificaram pagamentos por não existir nenhum órgão de gestão nestas condições.

44. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Do ponto de vista de gestão e operacionalidade a Compta está organizada em duas unidades de negócio que, para além de trabalharem gamas de produtos diferentes, estão direccionadas para mercados distintos, o de telecomunicações e o de sistemas e aplicações. Muito embora se verifiquem interligações e penetrações entre estes dois mercados, é a única caracterização que se considera significativa e com suficiente interesse para justificar a apresentação de informação segmentada. É, então, com base nestas unidades que se relata a informação por segmentos.

Dada a existências de designações/marcas comerciais próprias para cada uma das unidades de negócio, opta-se por também aqui identificar os segmentos dessa mesma forma, isto é, o segmento de Telecomunicações é identificado por CNS (Compta Network Solutions) e o segmento de sistemas e aplicações por CBS (Compta Business Solutions).

A actividade desenvolvida em 2004 foi quase que integralmente dirigida ao mercado nacional. Neste mercado, não se encontra segmentação que sob o ponto de vista geográfico seja assinalável e mereça qualquer referência especial.

Os réditos, gastos, activos e passivos segmentados são os resultantes da actividade segmentada directamente imputável bem como os resultantes de critérios de imputação. Estes tiveram por base a participação de cada unidade no volume total de negócios da empresa

	CNS	CBS	Consolidado
RÉDITOS			
Vendas externas			
Vendas de mercadorias	7.309.547	2.947.785	10.257.332
Prestações de serviços	5.623.381	3.648.968	9.662.092
Vendas inter-segmentais	-	-	-
Réditos Totais	12.932.927	6.596.753	19.919.424
RESULTADOS			
Resultados segmentais	466.278	(5.486.417)	(4.924.736)
Gastos da Empresa não imputados			-
Resultados operacionais			(4.924.736)
Gastos de juros	(20.477)	(14.540)	(1.551.986)
Proveitos de juros	3.788	722	169.100
Parte de lucros líquidos em associadas	-	-	(1.971.246)
Impostos s/ lucros			1.565.928
Resultados de actividades ordinárias			(6.712.940)
Perdas extraordinárias	-	-	-
Resultado Líquido			(6.712.940)
OUTRAS INFORMAÇÕES			
Activos do segmento	14.337.022	7.312.946	22.082.025
Investimento em Associadas			2.416.342
Activos da empresa não imputáveis			5.645.656
Activos totais consolidados			30.144.022
Passivos do segmento	11.133.006	5.678.660	17.147.166
Passivos da empresa não imputados			16.879.399
Passivos totais consolidados			34.026.566
Dispêndios de capital fixo	132.764	145.322	
Depreciações	2.308.655	524.015	
depreciação	-	-	

45. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2004	2003
Custos e perdas:		
Juros suportados	1.169.829	1.303.878
Perdas em empresas do grupo	1.971.246	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	65.160	144.825
Descontos de pronto pagamento concedidos	2.977	741
Outros custos e perdas financeiras	314.020	137.124
	3.523.232	1.586.569
Resultados financeiros	(3.354.132)	(630.448)
	169.100	956.122
Provitos e ganhos:		
Juros obtidos	710	3.268
Ganhos em empresas do grupo (Nota 10)		352.816
Diferenças de câmbio favoráveis	162.424	588.367
Outros proveitos e ganhos financeiros	5.966	11.670
	169.100	956.122

46. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2004	2003
Custos e perdas:		
Donativos		-
Dívidas incobráveis	1.046	69.797
Perdas em imobilizações (Nota 10)		-
Multas e penalidades	31.274	72
Correcções relativas e exercícios anteriores	383.426	773.839
Outros custos e perdas extraordinárias	41.766	107.252
	457.513	950.959
Resultados extraordinários	(449.636)	(657.408)
	7.877	293.551
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações (Nota 10)	993	16.780
Correcções relativas e exercícios anteriores	4.457	58.800
Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.428	217.971
	7.877	293.551

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	2004		2003	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS retenção na fonte	383	74.537	384	83.679
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA		829.887		694.037
Contribuição para a Segurança Social		103.793		104.827
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	42.525	50.750	149.021	64.191
Outros		31		46
	42.908	1.058.998	149.405	946.780

49. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004		2003	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Pessoal (Nota 25)	193.015	96.440	116.024	37.955
Outros	1.770.942	176.753	1.733.104	9.343
	1.963.956	273.193	1.849.128	47.299

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos desta rubrica tinha a seguinte composição:

Custos diferidos:	
Publicidade e formação	68.162
Contratos de suporte técnico	135.017
Seguros	71.981
Rendas pagas antecipadamente	36.896
Outros	139.260
	451.315
Impostos Diferidos	
Activos por Impostos Diferidos	2.082.397
	2.082.397
Acréscimo de custos:	
Férias e subsídio de férias	1.015.436
Juros a liquidar	66.517
Outros custos	36.370
	1.118.323
Impostos Diferidos	
Passivos por Impostos Diferidos	457.849
	457.849

51. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Empréstimos de médio e longo prazo	8.550.000
	8.550.000
Empréstimos de curto prazo	5.400.920
Descobertos bancários	2.928.479
	8.329.399

Em 31 de Dezembro de 2004, os empréstimos e os descobertos bancários venciam juros a taxas que variavam entre 3,7% e 8,50%.

**ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004**

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2004	2003
Numerário	15.376	18.578
Depósitos bancários imediatamente realizáveis	1.206.405	144.689
Disponibilidades constantes do balanço	1.221.781	163.268

3. Montante de créditos bancários concedidos e não sacados: 370 milhares de euros.

**ANEXO A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 447º E 448º
DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

1. Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização que são accionistas da Sociedade:

[REDACTED]	
Dr. Vitor José Magalhães Assunção	1.057.368 acções
Dr. José Eugénio Soares Vinagre	3.012 acções
Sr. Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa	15.600 acções
Dra. Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	226.596 acções
Sr. Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	226.596 acções
[REDACTED]	

2. Accionistas titulares de acções ao portador não registadas representativas de, pelo menos, um décimo, um terço, ou metade do capital da Sociedade:

[REDACTED]	
Dr. Vitor José Magalhães Assunção	1.057.368 acções
Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A.	306.960 acções
[REDACTED]	

Lisboa, 31 de Dezembro de 2004

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Dr. Vitor José Magalhães Assunção	1.057.368 acções	35%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	306.960 acções	10%
Dra. Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	226.596 acções	8%
Sr. Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	226.596 acções	8%
AF - Investimentos Fundos Mobiliários	213.206 acções	7%
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S. A.	177.980 acções	6%
Pensõesger - Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	130.758 acções	4%
Império Bonança - Companhia Seguros, S.A.	70.000 acções	2%

Lisboa, 31 de Dezembro de 2004

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da **COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.**, durante o exercício de dois mil e quatro, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e o relatório anual sobre a fiscalização efectuada pela sociedade de revisores oficiais de contas que integra este Conselho Fiscal, documento este que aqui se dá por reproduzido.

Analisámos a certificação legal das contas, que aqui também se dá por reproduzida, e com a qual concordámos.

Chamámos a atenção do Conselho de Administração, para o facto de, existindo obrigações fiscais em mora, dever ser dada prioridade à liquidação destes encargos.

Manifestamos a nossa apreensão pela continuidade da empresa, a manter-se a actual situação.

Agradecendo as referências que nos são feitas no relatório de gestão e tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2004, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 9 de Maio de 2005

O Conselho Fiscal

- António José Caeiro Motta Veiga - Presidente

- José Manuel de Azeredo Vaz Pinto

- MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC
representada por José de Oliveira Moreira (roc nº 351)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 2004, da **COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de 30.144.022 euros e um total de capital próprio negativo de 3.882.544 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6.712.940 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados; e
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes e numa óptica de continuidade de exploração, a posição financeira de **COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião anteriormente expressa, chamamos a atenção para o seguinte:
 - 8.1. Dando cumprimento ao disposto na Directriz Contabilística n.º 28, encontram-se contabilizados impostos diferidos activos no montante de 2.082.397 euros, justificáveis pelos prejuízos fiscais reportáveis, desconhecendo-se a possibilidade de reversão dos resultados em futuro próximo.
 - 8.2. A Empresa procedeu ao abate na conta de “*Despesas de investigação e desenvolvimento*” do montante de 1.973.897 euros, referente a projectos de desenvolvimento de novas tecnologias, em virtude dos mesmos não terem gerado até ao presente exercício quaisquer proveitos associados.
 - 8.3. A empresa neste exercício reforçou a “Provisão para cobranças duvidosas” pelo valor de 2.367.567 euros, dos quais 523.157 euros por débito de “Resultados transitados”.
 - 8.4. A Empresa tal como no exercício anterior, aplicou o método da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras detidas em filiais e associadas, com base nos correspondentes valores contabilísticos.
Em virtude da aplicação deste método, os capitais próprios foram reduzidos em 2.088.063 euros, devido essencialmente à aplicação do mesmo método por parte da E-TEMPUS SGPS, S.A. (sociedade detida a 100% pela COMPTA, S.A.).
 - 8.5. A Empresa tem, na presente data, dívidas em mora ao sector público estatal, no montante de 829.887 euros.
 - 8.6. O valor dos capitais próprios a 31 de Dezembro de 2004, apresenta-se negativo. Nestas circunstâncias, atente-se ao disposto no artº 35º do Código das Sociedades Comerciais, que prevê deverem os sócios tomarem as medidas julgadas convenientes, nomeadamente as previstas no nº 3 do referido artigo.
 - 8.7. Apesar do agravamento da situação económico-financeira da empresa, as contas foram elaboradas de acordo com o princípio da continuidade.

Lisboa, 9 de Maio de 2005

MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
Nº 196 de inscrição no Registo de Auditores da CMVM
Representada por José de Oliveira Moreira (roc nº 351)

COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.

Sede em Algés – Av. José Gomes Ferreira, nº 13

Capital: € 5.550.000, realizado • Capital próprio negativo: € 3.882.544,06.

Registada na C. do R. C. de Cascais sob o nº 15482 • N.I.P.C. 500069891 • Sociedade Aberta

**INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A ACTIVIDADE DA
COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.
E RESTANTES EMPRESAS ENLOBADAS NA CONSOLIDAÇÃO, NO EXERCÍCIO DE
2004**

No cumprimento do normativo em vigor, o Conselho de Administração da Compta – Equipamentos e Serviços de Informática, S.A. vem prestar informação sobre a actividade da empresa, bem como das restantes sociedades englobadas na consolidação de contas, em relação ao exercício de 2004.

O Grupo, ao longo destes últimos anos fez a sua expansão através de investimentos, maioritariamente em *start-ups* ligadas às novas tecnologias da informação. Como à frente se explanará, este sector vem atravessando uma aguda crise que se tem feito repercutir muito negativamente em grande parte destas empresas e, conseqüentemente, na exploração da Casa-Mãe.

De seguida é apresentada uma análise mais detalhada do que foi a actividade de cada uma das Sociedades englobadas na consolidação.

1. COMPTA – Equipamentos e Serviços de Informática, S.A.

1/8

1.1. Actividade comercial

Agravou-se em 2004 o clima de recessão nos nossos mercados, no mercado em geral e na economia, que já se vinha fazendo sentir de há três anos a esta parte.

Os reflexos desta retracção estão sendo muito negativos para toda a economia em geral e particularmente graves para os Fornecedores de produtos à área das telecomunicações, sector onde a COMPTA se insere. A Empresa é um reconhecido Fornecedor de soluções integradas para as áreas das telecomunicações e de sistemas de informação para médias e grandes empresas e também como prestadora de serviços, quer no campo das telecomunicações quer no das tecnologias de informação. Está, pois, situada numa área de negócio que se mantém fortemente afectada pela recessão.

A concorrência exacerba-se, os Clientes procuram, legitimamente, tirar partido da situação, as condições de comercialização, nomeadamente os prazos de pagamento, degradam-se e tudo isto acaba por se fazer reflectir nas margens e nos resultados, quadro típico das períodos de acentuada recessão.

Em 2004 o volume de negócios foi de 19,9 milhões de euros, situando-se cerca de 12% aquém do registado no exercício anterior. A quebra fez-se sentir quer nas áreas dos produtos (10,3 milhões de euros contra 12,2 em 2003) quer na dos serviços (9,7 milhões de euros contra 10,4 no ano anterior).

A COMPTA oferece ao mercado vasto e diversificado leque de soluções e serviços cobrindo as áreas das redes multiserviço ATM, TCP/IP, redes locais com e sem fios (Wireless Lan), Redes ADSL, gestão e operação de redes e de sistemas, Voz sobre IP, Vídeo sobre IP, equipamento para teste de redes, contact centers, sistemas de resposta interactiva por voz (IVR), CRM, Data minning e Data warehousing, Help Desk, gestão de conteúdo, arquivo e workflow, Business Integration, segurança de redes e de sistemas de informação, apresentação e pagamento electrónico de documentos (EBPP), vídeo comunicações, segurança, etc.

A margem média de comercialização situou-se na ordem dos 15,5% no exercício em apreço, a nível sensivelmente inferior ao do ano anterior (19,5%).

Quanto à área da prestação de serviços continuaram a realizar-se investimentos de monta, fundamentalmente na formação dos colaboradores, em ordem à melhoria da qualidade de serviços, assumindo custos cujos proveitos associados se projectam nos exercícios futuros.

1.2. Estratégia

A oferta da COMPTA desenvolve-se não apenas através da sua actividade comercial junto dos utilizadores finais de tecnologia mas também duma actuação indirecta, em parceria com operadores de telecomunicações, consultores e grandes fabricantes internacionais. Deste modo, durante o ano de 2004, a Empresa orientou e focou a sua estrutura comercial nestes dois sectores, de modo a melhorar a sua eficiência e a manter o reconhecimento dos seus Clientes.

Nas soluções que disponibiliza ao mercado, incluem-se produtos de alguns dos principais leaders mundiais no mercado das tecnologias de informação, com os quais mantém um relacionamento privilegiado, destacando-se entre eles, Actelis, Allot Communications, Altitude Software, Appel, Cisco Systems, Filenet Corporation, Genesys Labs, IBM, Intervice/Brite, ISS, Juniper Networks, Lucent Technologies, Mercom, Microsoft, Multitech, Nokia, Nortel Networks, Oracle, Remedy, Sarian, Sonus Networks, Sun Microsystems, Tellabs, Trend Communications, Vanguard MS, etc.

No exercício de 2004 não foi, portanto, alcançado, como já se referiu, o objectivo que se havia fixado, em termos de volume de negócios, quer nos produtos quer nos serviços.

Face às condições prevalentes no mercado considera-se fundamental o lançamento de novos produtos, de tecnologias de ponta e dirigidos a nichos de mercado, cujo reflexo, quer em volumes de negócio quer em termos de margens expectáveis venham a permitir ultrapassar a crise que se atravessa. Tem-se investido com muito interesse na pesquisa desses produtos. Na área da comercialização dos produtos e estudo das soluções integradas, manteve-se a política que tem sido preocupação da empresa – inovação, qualidade, imaginação na concepção e segurança das soluções e eficácia na prestação de serviços.

2/8

1.3. Análise económica e financeira

Tendo em conta os factores adversos já anteriormente descritos, que conduziram ao decréscimo do volume de actividade e das margens de comercialização e, ainda, o reflexo dos resultados das Associadas, os resultados operacionais mostram-se fortemente negativos, -4,5 milhões de euros e o resultado líquido negativo do exercício atingiu os -6,7 milhões de euros.

Influenciaram negativamente os resultados operacionais as quebras nas vendas, de € 2.695.403 e o aumento dos custos operacionais de € 956.590, totalizando, assim, € 3.651.993, a que se deverá acrescer a circunstância de se não ter procedido à imobilização dos custos suportados em 2004, da ordem de 1 milhão de euros, com a criação e desenvolvimento das denominadas «Soluções» inerentes à actividade da COMPTA.

No que às Associadas diz respeito é feita descrição das suas actividades nas contas consolidadas, mas julgamos caber aqui realçar que foram constituídas todas as provisões indicadas a uma gestão prudencial desacompanhadas, no entanto, da contrapartida respeitante a potenciais mais-valias em relação a algumas delas.

Os custos mais directamente dependentes da gestão, têm sido objecto de maior controlo e contenção ajustada à situação.

Também estão a influenciar negativamente a economia de exploração da Empresa os processos instaurados contra terceiros que potencialmente representarão cerca de xxx milhões de euros e relativamente aos quais as informações actualizadas dos nossos Advogados nos permitem encarar favoravelmente. Defrontamos aqui é a morosidade da justiça.

Como já foi realçado, a COMPTA tem suportado custos com a procura de novos produtos, que ofereçam características mais favoráveis e se conformem com as necessidades dos Clientes, acções que, normalmente, só proporcionam proveitos no futuro.

De realçar, também, o efeito da aplicação das IAS/IFRS, normas bastante mais rígidas face às praticados anteriormente.

Espera-se que a retoma da economia venha a facilitar a inversão desta situação. Admite-se melhorias nas margens médias de comercialização em consequência dos novos produtos e áreas de intervenção, cujos resultados, conjugados com os reflexos da esperada retoma, facilitarão a eventual inversão desta situação.

Tendo em conta os riscos de insucesso nas cobranças, que consideramos reduzidos, julga-se adequado o nível das Provisões para riscos de crédito que, neste exercício, foram reforçadas em cerca de 1,8 milhões de euros.

As existências continuam a apresentar um valor despiciendo face ao volume de actividade, representando uma rotação média de 17 dias.

O passivo total subiu cerca de 2,8 milhões de euros muito embora tenha sido possível reduzir o passivo remunerado em cerca de 740 mil euros e negociar uma consolidação no médio e longo prazos de 8,55 milhões de euros.

O quadro de colaboradores regista evolução em consonância com a retracção da actividade, de 166 no início do ano para 163 no final.

1.4. Investimentos e desinvestimentos

A COMPTA é, fundamentalmente, fornecedora de “soluções”, isto é, sistemas complexos que integram a concepção, os materiais e equipamentos mais apropriados a cada caso, as montagens, testes, etc. e, por fim, os serviços de manutenção

3/8

Os negócios mais significativos são, pois, geradores de contratos de manutenção e assistência que, naturalmente, se prolongam ao longo dos anos contratados. Considera-se, assim, que uma componente importante dos custos suportados na preparação do projecto ou solução são recuperados por aquela via e, portanto, ao longo de períodos que vão muito para além da simples venda da solução.

No exercício foram realizados investimentos significativos, nomeadamente na área operacional em R&D, formação de pessoal, pesquisa de novos produtos e mercados. Contrariamente ao que acontecia nos exercícios anteriores e em consequência da aplicação das IAS/IFRS bem como a conselho dos Auditores da Sociedade, os equipamentos para reposição e aluguer deixaram de ser contabilizados como incorpóreo, passando a ser integrados no activo corpóreo. Entretanto, tendo-se constatado que a algumas imobilizações incorpóreas efectuadas em exercícios anteriores não corresponderam os proveitos esperados e embora estejamos convictos de que ainda poderão gerar algumas vendas, procedeu-se à sua amortização integral, num total de 1.9 milhões de euros.

No exercício de 2003 foi levada efectuada a avaliação da totalidade do parque imobiliário afecto ao funcionamento da empresa, tendo presente o tempo decorrido desde as respectivas aquisições, compreendendo os edifícios da sede, da sucursal do Porto e do armazém de Benfica. As indicações do mercado imobiliário são no sentido da manutenção, senão mesmo da valorização relativamente às adoptadas nas reavaliações ao tempo contabilizadas.

No período em apreço, os desinvestimentos atingiram 150 mil euros, correspondentes a abates ao imobilizado corpóreo, de bens alienados ou obsoletos. Procedeu-se ao abate dos activos incorpóreos registados em anos anteriores a 2001, no valor de 2,4 milhões de euros.

Por se entender mais adequado ao período de vida esperado para as imobilizações incorpóreas que se vêm efectuando, foi adoptado o critério de, relativamente às de 2003, utilizar as taxas mínimas previstas no Código do IRC, critério que se manteve em 2004. As amortizações contabilizadas ascenderam a 2,9 milhões de euros, abrangendo os imobilizados corpóreo e incorpóreo.

1.5. Outros elementos

Cabe fazer aqui uma referência expressa ao problema surgido na prestação de serviços ao Ministério da Educação, mais pelo impacto que teve nos meios de comunicação do que propriamente pelos efeitos que terá tido em termos de negócios. Os Clientes da COMPTA são entidades com características e conhecimentos que lhes permitem facilmente apreender as circunstâncias que originaram o caso e, desse modo, compreendem as razões que nos assistem. Têm connosco relações de há muitos anos, sem problemas quanto à qualidade dos serviços que nos orgulhamos de prestar e, assim, continuam a considerar-nos como parceiros idóneos. Quanto ao problema em si, dispensamo-nos aqui de repetir o que já foi transmitido ao mercado por via do recurso à difusão de comunicados.

Em 31 de Dezembro, a sociedade detinha em carteira acções próprias, cujo valor de aquisição se encontra abatido aos capitais próprios no balanço.

A Sociedade não tinha, em 31 de Dezembro, dívidas em mora ao Estado ou a quaisquer outros entes públicos, muito embora, com o degradar da situação económica e financeira da COMPTA, se tenha posteriormente entrado em mora, relativamente a IVA vencido em Janeiro e Fevereiro, por um total de € 829.887,08. Os IVA's vencidos nos meses subsequentes foram pagos atempadamente e está em curso um plano para saneamento daquela situação.

Na Assembleia Geral que teve lugar em Agosto, foi decidido proceder à redução do capital da sociedade, por diminuição do valor nominal das acções, operação que se formalizou por escritura pública de 15 de Dezembro de 2004. Desta forma, o capital, representado pelo mesmo número de acções, 3 milhões, passou a ter o valor de € 5.550.000, a que passou a corresponder um valor de 1,85€ por acção, em vez dos 5€ que tinha anteriormente. Através desta operação foi então possível à sociedade dar cumprimento às exigências do art. 35º do C.S.C.

Contudo, e por força dos resultados do exercício, a situação líquida em 31 de Dezembro último vem mostrar-se negativa, caindo-se novamente na alçada da referida prescrição legal, situação que deste modo se realça perante os Senhores Accionistas.

4/8

O Conselho de Administração tem vindo a estudar vários cenários que permitam relançar económica e financeiramente a COMPTA, havendo total abertura para analisar eventuais parcerias que potenciem as sinergias existentes. Assim, em próxima Assembleia Geral a convocar expressamente para este efeito, será apresentado programa de acção tendente ao encontrar de uma solução que evite a preocupante situação em que se encontra, com todos os inconvenientes que envolve.

Não se pretende alarmar mas tão-somente ser realistas, continuando este Conselho com o maior afinco e determinação na busca duma via, com inerentes sacrifícios de todas as entidades envolvidas, por acreditarmos na resolução de tão marcante situação que a todos incomoda.

1.6. Perspectivas

Espera-se que em 2005 se dê à inversão da situação que tem sido vivida e que se possa sentir um crescimento da actividade na área dos serviços e dos produtos. Admite-se alguma recuperação nas margens médias de comercialização, face ao esforço desenvolvido na obtenção de novos produtos e de penetração em novas áreas de mercado. A associação de um ou mais parceiros é, contudo e como acima já se referiu, condição que se considera defensável, por conveniente.

1.7. Práticas do Governo Societário

Em anexo é apresentado um relatório sobre o assunto em epígrafe.

2. COMPTA B2B – Tecnologias de Informação, S.A.

Dando continuidade à actividade desenvolvida no ano transacto, a Empresa desenvolveu a sua actividade no percurso traçado em finais do ano de 2003, apostando na criação e melhoria de produtos próprios que pudessem subsequentemente ser postos no mercado.

Neste sentido continuou o desenvolvimento das suas aplicações e iniciou, em colaboração com a Compta, a comercialização conjunta das mesmas em Portugal

A B2B reforçou o seu relacionamento comercial com o Grupo Millennium Bcp, nomeadamente com a adjudicação no final de 2004 da aplicação COMPA, de detecção de “Money Laundering” para Portugal e toda a sua rede internacional.

O ano de 2005 apresenta-se com algumas boas perspectivas de desenvolvimento da actividade da empresa nomeadamente para os produtos Contact One e Compa.

Em Portugal estão abertas perspectivas para a continuação de trabalhos com a introdução de alguns dos produtos já desenvolvidos, no sector bancário e outros.

O volume global de negócios em 2004 ascendeu a 442.mil euros.

3. E-TEMPUS SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

A **E-TEMPUS SGPS** acompanhou o desenvolvimento da actividade das participadas e nos casos em que se mostrou necessário e ou aconselhável, dotou-as com os recursos financeiros considerados adequados, continuando a apoiar a gestão quando necessário.

Na fase recessiva que a economia mundial e também a portuguesa atravessam, manteve-se a política de manutenção da carteira de investimentos.

A empresa apresenta uma situação financeira deteriorada que, no entanto, com dificuldade lhe vai permitindo continuar a sustentar o desenvolvimento dos projectos já lançados. Não está previsto o lançamento de novos projectos.

Relativamente às participadas da **E-TEMPUS**, em cuja gestão há maior intervenção, descrevem-se os factos mais relevantes sobre a actividade dessas empresas no ano de 2004 e suas perspectivas.

5/8

4. AUDIO MEDIA – Sistemas e Tecnologias de Informação, S.A.

Durante o período em análise a empresa continuou o processo de reestruturação iniciado em exercício anterior, com enfoque nas áreas administrativa, de controlo e comercial. Este esforço permitiu uma redução sensível nos custos operacionais.

No entanto, e apesar dos esforços desenvolvidos, o mercado esteve em franca recessão, dificultando o atingimento dos objectivos fixados em termos de facturação.

É de salientar a angariação de novos clientes nas áreas de negócios ajustados à realidade da Empresa, em detrimento de áreas menos interessantes que não permitiam uma fidelização significativa daqueles.

As vendas e prestação de serviços cifraram-se em 448 mil euros contra 458 mil atingidos em 2003.

5. COMPTRADING – Companhia de Comércio e Serviços, S.A.

Durante o exercício em análise manteve-se a tendência de quebra acentuada do mercado de audiovisuais, que já se vinha observando nos anos anteriores.

A actividade da COMPTRADING continuou focalizada nas áreas dos equipamentos de audiovisuais bem como num nicho no campo das telecomunicações.

Os fornecimentos de equipamentos audiovisuais conectados com os serviços prestados na respectiva instalação representam cerca de 77% do volume de facturação.

Em relação ao mercado externo mantém-se a situação de impasse não obstante os esforços desenvolvidos com vista ao desbloqueamento da falta de financiamento à importação por parte dos países alvo. Os negócios potenciais são muito interessantes e de elevados volumes mas, sem aquela componente resolvida, o risco envolvido inibe-nos de avançar.

A facturação somou 530 mil euros, o que representa um acréscimo de 13% relativamente ao exercício anterior.

6. DATA BOLSA – Base de Dados e Telecomunicações, S.A.

Esta sociedade continua inactiva e na última Assembleia Geral, realizada recentemente, foi decidida a sua liquidação.

7. DEZ – Desenvolvimento Empresarial, S.A.

A DEZ actua como prestadora de serviços às empresas nos campos da contabilidade, auditoria, apoio fiscal e jurídico, etc. Tem como clientes as empresas do Grupo bem como outras que com ele não têm qualquer relação de dependência.

Com o decréscimo de actividade dos seus clientes, alguns dos quais em situação de inactividade, a facturação apresenta-se em fase decrescente e os resultados reflectem, também, essa situação. Continua a desenvolver esforços de angariação de novos clientes.

8. IMOTRON – Edifícios Inteligentes, S.A.

Embora as perspectivas para o ano de 2004 não fossem já animadoras, admitia-se um crescimento gradual da actividade económica a partir do 2º semestre o que, no entanto, não se confirmou na medida do esperado.

Permaneceram as características de funcionamento do mercado, nomeadamente no que toca às dificuldades da cobrança, o que acabou por agravar a pressão sobre a tesouraria da Imotron. Neste contexto a Empresa defrontou maiores dificuldades na conquista de negócios.

A Imotron manteve a fulcro da sua actividade nas áreas tradicionais, tendo sido relevante o volume dos negócios conquistados em projectos destinados às Forças Militarizadas. Foram executados projectos no sector empresarial em novos clientes, nomeadamente: Carris, Supermercados Jumbo, AIRC e PT PRIME.

6/8

9. S3 – Sistemas, Software e Serviços, S.A.

Desde o início do ano de 2000 que a S3 deixou de ter actividade. Está em curso o processo de liquidação.

10. SPECTACOLOR PORTUGAL – Publicidade Informatizada, S.A.

No ano de 2004 e apesar das expectativas criadas pelos eventos Euro 2004 e Rock in Rio, o comportamento da economia agravou-se, tendo a actividade publicitária, no seu conjunto, e em termos de valores, apresentado uma significativa retracção.

Os investidores preteriram, no período, os meios complementares em benefício dos meios tradicionais de audiência massificada.

A Spectacolor manteve em 2004 a exploração da publicidade nas máquinas ATM, bem como nos comboios da linha de Cascais.

Muito embora sejam significativas as reduções em termos de custos em Pessoal e de Amortizações do Imobilizado não foi possível anular o valor da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos por força do ajustamento das novas condições de trabalho.

O resultado líquido do exercício foi positivo, cifrando-se em 120 mil euros.

Esta sociedade, detentora de elevado potencial, não reflecte nas suas contas tal facto. Avaliações feitas (10 vezes a média dos resultados líquidos dos 3 últimos exercícios) atribuem-lhe valores que permitiriam reflectir nas contas do investimento mais valias na ordem dos 2,2 milhões de euros.

11. TECNOTRON – Sistemas de Automação, S.A.

A TECNOTRON não tem conseguido superar a fase de recessão em que o mercado se encontra. Por tal razão foi decidido desactivar a empresa e proceder à sua liquidação, processo que se encontra em curso.

12. THINK – Tecnologias de Informação, Lda.

Esta sociedade continua inactiva e na última Assembleia Geral, realizada recentemente, foi decidida a sua liquidação, processo que está já em curso.

13. XECOMPEX – Equipamentos e Serviços, S.A.

O modelo tradicional de comercialização de equipamentos de escritório sofreu ao longo do período em análise uma forte erosão nos preços de venda. Para um crescimento de 2% de unidades em 2004 a XECOMPEX registou um decréscimo de 23% em termos de facturação.

Para fazer face a este declínio, a Empresa encetou a reorganização dos seus serviços comerciais, nomeadamente através da contratação de quadros e vendedores com currículo e experiência superiores aos das exigências que vinha aplicando anteriormente. São expectáveis para 2005 os resultados das políticas adoptadas.

O resultado líquido do exercício cifrou-se em 27.637 €

Uma avaliação sucinta da sociedade (10 vezes a média dos resultados líquidos dos 3 últimos exercícios) , permitiria considerar uma mais valia potencial de 435 mil euros relativamente à participação ali detida.

14. Outros casos

7/8

De realçar, por fim, a participação de 5,86% na sociedade Cabo TV Madeirense, S.A. que, muito embora diminuta em termos percentuais, apresenta um forte potencial de valorização tendo em conta o crescimento da sociedade e os resultados que tem vindo a obter consistentemente nos últimos exercícios. Uma avaliação sucinta (10 vezes a média dos resultados líquidos dos 3 últimos exercícios) permitir-nos-ia considerar uma mais valia neste investimento na ordem dos 2 milhões de euros.

Notas finais

As contas individuais das sociedades acima referidas e englobadas nesta consolidação encontram-se disponíveis na sede da Sociedade onde poderão ser consultadas pelos eventuais interessados.

Declaração

Os signatários declaram que os elementos inscritos nesta informação para os efeitos do disposto no Decreto-Lei 142-A/91 são verídicos e que não há omissões nem alterações qualitativas e/ou quantitativas na mesma.

Lisboa, 15 de Abril de 2005

O Conselho de Administração da Compta – Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

Vitor José Magalhães Assunção – Presidente

José Eugénio Soares Vinagre –
Administrador

Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa – *Administrador*
Delegado

Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães
Assunção – *Vice Presidente*

Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães
Assunção – *Administrador*

Relatório sobre práticas de governo da sociedade

Capítulo O. Práticas do Governo das Sociedades

1. A Sociedade adopta, na sua generalidade, as recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades;

Capítulo I. Divulgação da Informação

1. Face à retracção do mercado e ao seu reflexo na actividade da Empresa, continuou a proceder a acertos pontuais na organização, consubstanciados, nomeadamente, numa redução do número de membros do Conselho de Administração. O organograma apresentado no final do presente relatório traduz, no entanto, um esquema organizativo sem alterações sensíveis relativamente ao do exercício anterior. Continua em vigor um sistema de descrição de funções e um sistema APP (análise do perfil pessoal) e existe um Manual do Colaborador, documento distribuído a todos os empregados. A Empresa, no âmbito do seu Sistema de Qualidade está certificada de acordo com a Norma NP ISSO 9001:2000.
2. No final é mostrado um resumo da evolução da cotação das acções. A diminuição do capital operada decidida em Assembleia Geral realizada em Agosto de 2004 e concretizada em 15 de Dezembro desse mesmo ano, não deixou, naturalmente, de se reflectir na cotação das acções. Não obstante, na parte final do ano assistiu-se a uma evolução positiva das cotações e a volumes de transacções pouco habituais do papel. Contudo, dum modo geral, cremos que a evolução das cotações traduz as condições prevaletentes no mercado a atravessar uma fase recessiva.
3. No presente exercício, face ao prejuízo registado, não é possível considerar qualquer remuneração ao capital.
4. Não existem nem estão previstos, quaisquer planos de atribuição de opções ou de aquisição de acções.
5. A sociedade tem disponível uma página na Internet – www.compta.pt – onde põe à consulta do mercado informações de várias naturezas - financeiras, comerciais, parcerias, factos mais significativos na vida da sociedade, etc. - que reputa de suficiente interesse para divulgação.
6. Não existe gabinete de apoio ao investidor. O representante para as relações com o mercado é o Administrador, Sr. Dr. José Eugénio Soares Vinagre.

Capítulo II. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Não existem regras estatutárias que afastem o direito de voto por correspondência, não estando, no entanto, definido qualquer modelo para o efeito. Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos.
2. A representação de accionistas nas reuniões da assembleia-geral apenas poderá ser feita pelo seu cônjuge, ascendente ou descendente, por outro accionista ou por membro do conselho de administração.

3. Os instrumentos de representação voluntária, tanto de pessoas colectivas como singulares, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da assembleia-geral até ao terceiro dia útil antes da data prevista para a reunião.
4. A cada grupo de 100 acções corresponde um voto. Não serão contados votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou em representação de outro, excedam 10% dos votos correspondentes ao capital.

Capítulo III. Regras Societárias

1. Não existem códigos de conduta próprios da sociedade.
2. A sociedade dispõe de sistema interno de controlo para detecção dos riscos inerentes à actividade da empresa, baseado em auditorias efectuadas, pelo menos, 2 vezes por ano.
3. Não existem limitações ao exercício do direito de voto para além dos fixados no contrato de sociedade - art.º 11º, nº 2: “Não serão contados os votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou em representação de outros, excedam dez por cento dos votos correspondentes ao capital.” Não são conhecidos acordos parassociais.
4. Não existem na Sociedade Comissões Específicas que possam ser enquadradas no nº 2 do Capítulo I do Anexo do Regulamento nº 11/2003 da CMVM;

Capítulo IV. Órgão de Administração

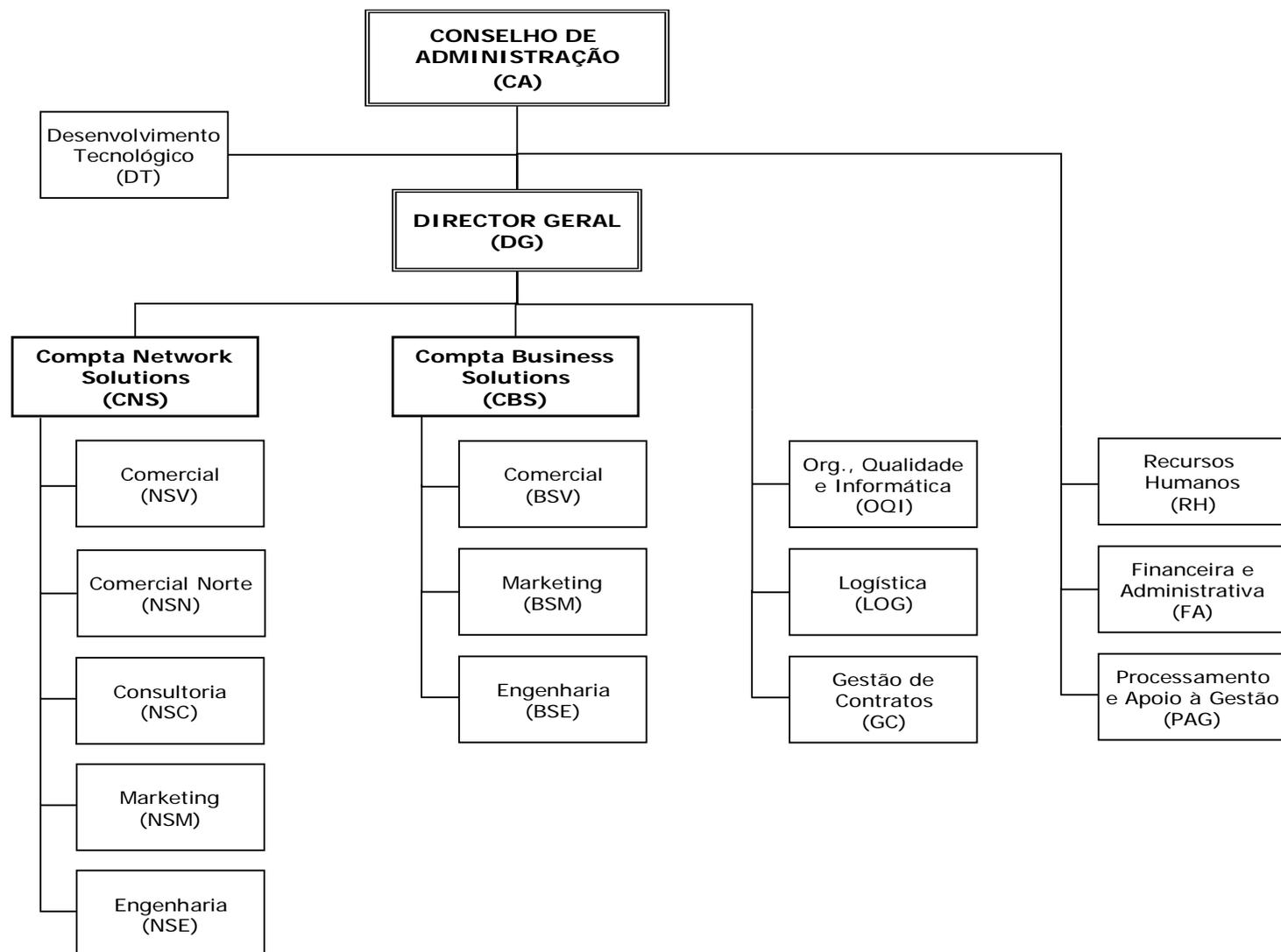
1. Entre os 5 administradores da sociedade, 2 deles são independentes em relação aos accionistas dominantes. Dos 5 membros, 3 exercem uma orientação permanente em relação à gestão da sociedade e os restantes 2 são não executivos. No final deste relatório é apresentado um quadro detalhado.
2. Tal como já se referiu teve lugar a redução do Conselho de Administração para 5 membros, dos quais 3 executivos e os restantes dois não executivos.
3. Os administradores executivos e não executivos reúnem-se com regularidade, pelo menos quinzenalmente, para análise da orientação da sociedade. Os administradores executivos trocam impressões diariamente, apenas reunindo de um modo formal quando algum assunto o exija.
4. O Conselho de Administração reúne-se quinzenalmente com os Assessores da Administração e com o Director Geral, passando em revista a actividade desenvolvida na quinzena, analisando as perspectivas e equacionando as medidas que se imponham.
5. Não existem comissões de controlo internas.
6. Os membros da administração não têm as suas remunerações dependentes directamente dos resultados da sociedade.
7. As condições remuneratórias são fixadas por uma Comissão de Vencimentos, eleita pelos accionistas. Nunca foi proposto qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de sua aquisição e não está previsto para um futuro próximo.

Administradores	Remunerações auferidas (€)		
	Parte fixa	Parte	Total

		variável	
Executivos	627.167	-	627.167
Não executivos	98.000	-	98.000
Totais	725.167	-	725.167

Lisboa, 15 de Abril de 2005

Capítulo I – 1.



Capítulo I – 2.

2004 Mês	Nº de Sessões	Nº de Operações	Quantidade	Valor (€)	Cotações					
					Última		Mínima		Máxima	
					€	Data	€	Data	€	Data
JAN	16	72	31.624	54.264	1,72	30/01/04	1,61	02/01/04	1,84	19/01/04
FEV	18	335	194.232	425.177	2,20	27/02/04	1,70	02/02/04	2,70	18/02/04
MAR	22	290	171.312	391.805	2,11	31/03/04	1,87	24/03/04	2,50	03/03/04
ABR	11	51	28.064	54.251	1,92	30/04/04	1,83	30/04/04	2,05	05/04/04
MAI	13	57	18.422	35.137	1,78	31/05/04	1,71	31/05/04	2,09	05/05/04
JUN	15	43	13.001	23.635	1,80	29/06/04	1,72	18/06/04	1,89	01/06/04
JUL	14	88	37.594	61.786	1,55	30/07/04	1,52	28/07/04	1,81	07/07/04
AGO	20	65	18.671	28.490	1,47	31/08/04	1,40	09/08/04	1,59	19/08/04
SET	13	42	21.762	32.327	1,50	30/09/04	1,45	27/09/04	1,54	10/09/04
OUT	10	72	34.666	53.313	1,48	27/10/04	1,38	08/10/04	1,65	14/10/04
NOV	13	27	10.335	15.043	1,42	29/11/04	1,42	29/11/04	1,51	22/11/04
DEZ	13	458	308.920	676.912	1,80	31/12/04	1,35	13/12/04	2,57	29/12/04
Totais Médias	178	1.600	888.603	1.852.1460	1,80		1,35		2,70	

Nestes últimos quatro exercícios os resultados alcançados não permitiram a atribuição de dividendos, contrariamente à política adoptada anteriormente pois, desde que foi possível, distribuíram-se dividendos e procedeu-se a diversos aumentos de capital por incorporação de reservas.

Capítulo IV – 1.

Entidade		Cargo	Funções de administração exercidas noutras sociedades
Vítor José Magalhães Assunção	D/E	Presidente	Compta Internacional – Investimentos e Participações, S.A. – Presidente do C.A. E-Tempus International, Ltd. - Gerente E-Tempus SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – Presidente do C.A.
Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	D/E	Vice-Presidente	Áudio Media – Sistemas e Tecnologias de Informação, S. A. Comptrading – Companhia de Comércio e Serviços, S.A. – Presidente do C.A. Dez – Desenvolvimento Empresarial, S.A. – Presidente do C.A. E-Tempus International, Ltd. - Gerente E-Tempus SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – Administrador Spectacolor Portugal – Publicidade Informatizada, S.A. – Presidente do C.A.
Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa	I/E	Adm.Delegado	Compta B2B – Tecnologias de Informação, S.A. – Presidente do C. A. Imotron – Edifícios Inteligentes, S. A. S3 – Sistemas, Software e Serviços, S.A. – Presidente do C.A.
José Eugénio Soares Vinagre	I/NE	Administrador	
Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	D/NE	Administrador	

D – Accionistas dominantes; I – Accionistas Independentes

Ao Auditor foram liquidadas, no exercício de 2003, as verbas a seguir indicadas (s/ IVA), a título de remuneração dos serviços prestados, não tendo havido quaisquer outras relações:

12x€1.525,00 = €18.300,00 - Honorários

2x€7.500,00 = €15.000,00 – Honorários relativos ao parecer do Auditor Externo

2x€6.200,00 = €12.400,00 – Trabalhos adicionais para emissão do parecer de Auditor Externo Total: €45.700,00

COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A. e SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em euros)

CUSTOS E PERDAS	No- tas	2004		2003		PROVEITOS E GANHOS	No- tas	2004		2003	
Custo das mercadorias vendidas			8.637.025,08		9.942.399,05	Vendas de mercadorias	36	10.586.187,97		12.799.933,32	
Fornecimentos e serviços externos			7.229.982,71		6.279.788,65	Prestações de serviços	36	13.415.245,88	24.001.433,85	14.886.342,28	27.686.275,60
Custos com pessoal						Variação da produção		(15.209,37)		(37.047,50)	
Remunerações		6.226.918,89		6.312.172,67		Trabalhos para a própria empresa		-		893.814,93	
Encargos sociais				-		Proveitos suplementares		1.381,97			
Prémios para pensões		78.357,64		109.614,09		Outros proveitos operacionais		30.374,64	16.547,24	46.913,91	903.681,34
Outros		1.469.999,19	7.775.275,72	1.520.367,66	7.942.154,42		(B)		24.017.981,09		28.589.956,94
Amortizações do imobilizado	27	3.271.147,61		3.759.564,61		Ganhos relativos a empresas interligadas		12.713,07		113.845,42	
Provisões	46	2.166.924,25	5.438.071,86	512.520,28	4.272.084,89	Rendim. de títulos negoci. e outras aplicações		102.257,85			
Impostos		203.310,84		155.804,32		Outros				71.327,33	
Outros custos operacionais		7.763,48	211.074,32	7.733,05	163.537,37	Outros juros e proveitos similares - Outros	44	172.759,31	287.730,23	597.459,86	782.632,61
	(A)		29.291.429,69		28.599.964,38		(D)		24.305.711,32		29.372.589,55
Perdas relativas a empresas interligadas						Proveitos e ganhos extraordinários	45		256.729,88		811.882,32
Juros e custos similares - Outros	44	1.729.130,52	1.729.130,52	1.876.181,49	1.876.181,49						
	(C)		31.020.560,21		30.476.145,87						
Custos e perdas extraordinários	45		832.018,32		1.498.279,38						
	(E)		31.852.578,53		31.974.425,25						
Imposto sobre o rendimento do exercício	57		(1.585.153,03)		240.308,66						
	(G)		30.267.425,50		32.214.733,91						
Interesses minoritários			182.288,07		(219.009,39)						
	(H)		30.449.713,57		31.995.724,52						
Resultado consolidado líquido do exercício			(5.887.272,37)		(1.811.252,65)		(F)				
			24.562.441,20		30.184.471,87				24.562.441,20		30.184.471,87

Resultados operacionais: (B)-(A)= (5.273.448,60) (10.007,44)

Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)= (1.441.400,29) (1.093.548,88)

Resultados correntes: (D)-(C)= (6.714.848,89) (1.103.556,32)

Resultados antes de impostos: (F)-(E)= (7.290.137,33) (1.789.953,38)

Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F)-(H)= (5.887.272,37) (1.811.252,65)

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A. e SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em euros)

	2004	2003
Vendas e prestação de serviços	24.001.433,85	27.686.275,60
Custo das vendas e prestação de serviços	(18.635.493,21)	(19.534.010,12)
Resultados Brutos	5.365.940,64	8.152.265,48
Outros proveitos e ganhos operacionais	288.486,55	1.712.668,32
Custos de distribuição	(155.106,46)	(231.540,26)
Custos administrativos	(7.810.477,69)	(7.872.221,69)
Outros custos e perdas operacionais	(3.537.580,02)	(1.871.605,58)
Resultados Operacionais	(5.848.736,98)	(110.433,73)
Custos líquidos de financiamento	(1.346.930,12)	(1.465.338,50)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	102.257,85	113.845,42
Ganhos (perdas) em outros investimentos	(196.728,08)	257.873,85
Resultados correntes	(7.290.137,33)	(1.204.052,96)
Imposto sobre resultados correntes	1.585.153,03	(240.308,66)
Resultados correntes após impostos	(5.704.984,30)	(1.444.361,62)
Interesses minoritários	(182.288,07)	219.009,39
Resultado extraordinário		(585.900,42)
Resultado líquido do exercício	(5.887.272,37)	(1.811.252,65)
Resultado por acção	(1,96)	(0,60)

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A. e SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em euros)

	2004	2003
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes +	23.438.705,07	30.132.556,56
Pagamentos a fornecedores -	16.327.983,08	16.392.017,96
Pagamentos ao pessoal -	4.833.815,71	5.400.387,92
Fluxo gerado pelas operações	2.276.906,28	8.340.150,68
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento -/+	(108.489,12)	(555.251,06)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional -/+	2.408.115,12	(2.293.803,85)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	4.576.532,28	5.491.095,77
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias +	10.265,96	343.318,06
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias -	85.913,07	38.114,51
Fluxos das actividades operacionais (1)	4.500.885,17	5.796.299,32
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros +		1.186.188,37
Imobilizações corpóreas +	1.872,65	35.151,49
Juros e proveitos similares +	264.436,72	257.801,38
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros -	5.000,00	176.397,05
Imobilizações corpóreas -	19.802,50	224.839,32
Imobilizações incorpóreas -	612.436,91	430.939,54
Fluxos das actividades de investimento (2)	(370.930,04)	646.965,33
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos +	11.156.622,23	10.884.643,71
Juros e proveitos similares +		494,11
Outros recebimentos provenientes de act. de financiamento +	2.954.116,61	11.905.504,72
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos -	2.938.308,60	13.971.660,50
Amortização de contratos de locação financeira -	1.140.615,43	1.699.991,44
Juros e custos similares -	1.240.580,68	1.262.173,68
Aquisição de acções (quotas) próprias -		109,73
Outros pagamentos provenientes de act. de financiamento -	11.905.504,72	12.735.656,86
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(3.114.270,59)	(6.878.949,67)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	1.015.684,54	(435.685,02)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	785.054,00	1.220.739,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.800.738,54	785.054,00
	1.015.684,54	(435.685,02)

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

**COMPTA - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.
E SUBSIDIÁRIAS**

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em euros)

I. Informações sobre empresas incluídas e/ou excluídas da consolidação

Nota introdutória

O Grupo Compta - Equipamentos e Serviços de Informática, S.A., inclui as empresas identificadas nas Notas 1 e 2 e tem como actividade principal a comercialização de produtos de informática e a prestação de serviços conexos.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas, reportadas a 31 de Dezembro de 2004, e incluídas na consolidação, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, a Administração da empresa-mãe entende que aquelas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de contas consolidadas (POC). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Empresas incluídas na consolidação

Empresas incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2004:

<i>Empresa/Sede</i>	<i>Data de Constituição</i>	<i>Actividade</i>	<i>Prop.efec. capital detido</i>		<i>Condições e métodos de consolidação</i>
			<i>Directa</i>	<i>Indirecta</i>	<i>Dec. Lei nº 238/91, de 2 Julho</i>
Compta - Equipamentos e Serviços de Informática, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	16/Maio/72	Comercialização de serviços de informática e prestação de serviços conexos			Empresa mãe - Método integral
E-Tempus SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	21/Nov./90	Sociedade Gestora de Participações Sociais	100%		a) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artº1º, alínea a) - Método integral c)
Compta B2B - Tecnologias de Informação, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	18/Janeiro/01	Prestação serviços, consultoria, comercializ.de bens e produtos no âmbito das tecnologias de informação	99,8%		a) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artº1º, alínea a) - Método integral
S3 - Sistemas, Software e Serviços, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	5/Junho/90	Representação, desenvolvimento e comercialização de software informático e prestação de serviços conexos		100%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artº1º, alínea a) - Método integral
Comptrading - Companhia de Comércio e Serviços, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	27/Fev./87	Comercialização de computadores e outros produtos e serviços		97%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artº1º, alínea a) - Método integral
Audio Media - Sistemas e Tecnologias de Informação, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	27-Feb-92	Prestação de Serviços e apoio através de tecnologias de audiotex e prestação de serviços conexos		100%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artº1º, alínea a) - Método integral
Imotron - Edifícios Inteligentes, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	20-Jan-93	Estudos projectos e instalação de soluções nas áreas da domótica e imótica e prestação de serviços conexos		79%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artº1º, alínea a) - Método integral
Tecnotron - Sistemas de Automação, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	4-Jul-91	Investigar, desenvolver, produzir e comercializar materiais para sistemas integrados p/automação, robótica, etc.		72%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artº1º, alínea a) - Método integral
Databolsa - Base de Dados e Telecomunicações, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	27-Feb-92	Exploração de base de dados da Bolsa e/ou outros serviços conexos		60%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artº1º, alínea a) - Método integral
Spectacolor Portugal - Publicidade Informatizada, S.A. Av. António Augusto de Aguiar, 106 - 2º, 1000 Lisboa	28-Dec-89	Desenvolvimento e aplicação de novas formas de public. e técnicas de comercialização (public. inform. e novas tecnol.)		86%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artº1º, alínea a) - Método integral
Dez - Desenvolvimento Empresarial, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	15-Sep-93	Estudos, consult. e prest. serviços em gestão global e funcional, estratégia empres., gestão de participações, etc.		99%	d) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artº1º, alínea a) - Método integral
Think - Tecnologias de Informação, Lda Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	5-Feb-98	Invest., consult., projecto, análise, desenvolvº., costumizaç. e outro mat. inf. Formação, utilização e operação de TI		67%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artº1º, alínea a) - Método integral

Observações:

- a) Participação detida pela Compta - Equipamentos e Serviços de Informática, S.A..
b) Participação detida pela E-Tempus SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..
c) Anteriormente denominada Compta SGPS, S.A..
d) Participação de 93,75% detida em pela E-Tempus SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.. Adicionalmente a Comptrading detém uma participação de 4,97%.

2. Empresas excluídas da consolidação

Empresa	Proporção do capital detido na empresa		Condições para não consolidação e método de valorimetria Dec. Lei n° 238/91, de 2 de Julho
	%	Montante	
Xecomplex - Equipamentos e Serviços, S.A. Av. António Augusto de Aguiar, 106, 1000 Lisboa	46%	193.040	Empresa não enquadrada no art° 1° Equivalência Patrimonial
E-Tempus Internacional, Lda. Scotiabank building, Cardinal Avenue George Town, Grand Cayman, Cayman Islands British West Indies	100%	52.372	Empresa considerada imaterial para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo Custo de aquisição
Itime - Instituto de tecnologia e inovação para a modernização empresarial Est. do Paço do Lumiar, 16 - 1600 Lisboa		7.000	Participação não enquadrada no art° 1° e imaterial para apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo Custo de aquisição
Fundic - Fundo para o desenvolvimento das ciências da construção Av. do Brasil, 101 - Lisboa		10.000	Participação não enquadrada no art° 1° e imaterial para apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo Custo de aquisição
Cabo TV Madeirense, S.A. Av. EUA, Nazaré - Funchal	6%	1.649.700	Participação não enquadrada no art° 1° e imaterial para apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo Custo de aquisição
Edições Arrábida, Lda Multidifusão, S.A.		-	- Empresas em processo de falência registadas ao custo de aquisição mas com o investimento totalmente provisionado

Os relatórios de contas das empresas excluídas da consolidação encontram-se à disposição dos Senhores Accionistas nas sedes das sociedades.

7. Número médio de Pessoal

Durante o exercício de 2004 e 2003, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 212 e 230, respectivamente.

III. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

10. Diferenças de consolidação e ajustamentos de partes de capital em associadas

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo desta rubrica compõe-se da seguinte forma:

Empresa Participada	Diferenças de Consolidação [Montante]	
Audio Media - Sistemas e Tecnologias de Informação, S.A.	(2.561.021)	
Comptrading - Companhia de Comércio e Serviços, S.A.	(440.348)	
Compta B2B - Tecnologias de Informação, S.A.	(74.748)	
Databolsa - Base de Dados e Telecomunicações, S.A.	(30)	
Dez - Desenvolvimento Empresarial, S.A.	(234.377)	
E-Tempus SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	116	
Imotron - Edifícios Inteligentes, S.A.	253.177	
S3 - Sistemas, Software e Serviços, S.A.	(900.988)	
Spectacolor Portugal - Publicidade Informatizada, S.A.	(201.748)	
Tecnotron - Sistemas de Automação, S.A.	(2.286.540)	
Think - Tecnologias de Informação, Lda	(99.116)	
	(6.545.621)	

Empresa Participada	Custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios detidos		Ajustamento de partes de capital
	[Montante]	[%]	[Montante]	[Montante]
Xecomplex - Eq. e Serviços, S.A.	330.605	46,000%	295.500	(35.105)

Os saldos das rubricas Diferenças de Consolidação e Ajustamentos de partes de capital em associadas, foram originados na primeira consolidação das demonstrações financeiras pelo método integral e de aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 18), respectivamente, e correspondem à compensação efectuada entre os valores contabilísticos das partes de capital detidas e a proporção dos capitais próprios que elas representam, reportadas à data da primeira consolidação.

15. Consistência de aplicação dos critérios de valorimetria

Os critérios de valorimetria utilizados pelas empresas do grupo foram consistentes entre si e são os descritos na Nota 23, excepto quanto à constituição de provisões para cobrança duvidosa. Estas, em virtude desta inconsistência, foram reforçadas a nível das contas consolidadas (Nota 46).

18. Critérios de contabilização dos investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em associadas e em empresas do grupo não incluídas na consolidação, por terem actividade diferenciada das restantes empresas do grupo (Nota 2) encontram-se registados nas demonstrações financeiras anexas pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em partes de capital em empresas participadas, encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros registados ao custo (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração de resultados do exercício quando é decidida e anunciada a sua distribuição.

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas filiais e associadas e o valor proporcional à participação da empresa nos capitais próprios dessas filiais e associadas à data de aquisição, quando posterior a 1 de Janeiro de 1991, são registadas na rubrica de "Diferenças de consolidação".

IV. Informações relativas a compromissos assumidos

21. Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço consolidado

O Grupo apresentava, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, responsabilidades por factoring e letras descontadas, como segue:

	2004	2003
Factoring	2.292.697	2.648.157
Letras descontadas	3.673	21.457
	2.296.370	2.669.613

22. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o Grupo tinha assumido responsabilidades com garantias prestadas para concursos públicos, como segue:

	2004	2003
Garantias bancárias	3.410.424	969.499
Seguros de caução	401.531	150.134
	3.811.955	1.119.633

V. Políticas Contabilísticas

23. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos utilizados

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas do Grupo (Nota 1) mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

Conforme indicado nas Notas 1 e 2 utilizaram-se, na consolidação das demonstrações financeiras anexas, os métodos integral e da equivalência patrimonial conforme aplicável.

No método de consolidação integral os saldos e transacções significativas entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses minoritários".

No método de equivalência patrimonial, as participações estão registadas pelo custo de aquisição, acrescido (ou reduzido) do valor correspondente à proporção nas restantes rubricas do capital próprio na data da sua aquisição e resultados posteriores.

Em ambos os métodos foram eliminados os resultados provenientes das operações efectuadas entre as empresas compreendidas na consolidação, se significativos, quando ainda incluídos nos valores contabilísticos dos activos.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem essencialmente despesas de instalação, aumentos de capital, investigação e desenvolvimento, e formação relativa a novos produtos. Estas despesas encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes. Em 2003 procedeu-se à alteração do critério de amortização, ao utilizar as taxas mínimas para os bens adquiridos no exercício. Com excepção das despesas de investigação e desenvolvimento, que são amortizadas em 5 anos, o período de amortização do imobilizado incorpóreo passou de 3 anos para 6 anos (Nota 25).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliadas de acordo com as disposições legais do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Em 2004 procedeu-se à alteração do critério de amortização ao utilizar as taxas mínimas para os bens adquiridos no exercício.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

Anos médios de vida útil

Edifícios e outras construções	50
Instalações	20
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	8
Ferramentas e utensílios	8
Equipamento administrativo.....	16

c) Locação financeira

O Grupo utiliza o método financeiro na contabilização dos contratos de locação financeira celebrados com terceiros. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos nas rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 23.b), são registadas como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) Existências

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

e) Títulos negociáveis e outras aplicações financeiras

Os títulos negociáveis e outras aplicações financeiras são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado.

f) Acréscimos e diferimentos

O Grupo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

g) Subsídios recebidos para financiamentos de imobilizações corpóreas

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas são registados no passivo, como proveitos diferidos, na rubrica acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas.

24. Activos e passivos expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as cotações vigentes em 31 de Dezembro de cada ano. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados consolidados do exercício.

VI. Detalhe de algumas rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados**25. Despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento**

A rubrica despesas de instalação engloba, a 31 de Dezembro de 2003, os valores ao custo de aquisição despendidos com a expansão da Empresa, designadamente aumentos de capital nos últimos exercícios. Estas despesas são amortizadas em 3 anos se registadas até 2002 e em 6 anos para aquisições posteriores. Estas foram abatidas em 2004 conforme Nota 10.

A rubrica despesas de investigação e desenvolvimento engloba as despesas com o lançamento de novos produtos, formação técnica do pessoal da Empresa nos mesmos e, ainda, desenvolvimento de produtos próprios. Estas despesas são amortizadas em 3 anos se registadas até 2002 e em 5 anos se investidas no exercício (Nota 3 a)).

27. Movimento do activo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO	<i>Saldo inicial</i>	<i>Aumentos</i>	<i>Alienações</i>	<i>Transf., abates e ajustam.</i>	<i>Saldo final</i>
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	3.439.933	24	-	3.410.879	29.078
Despesas de investigação e desenvolvimento	7.256.729	32.372	-	2.826.206	4.462.895
Propriedade industrial e outros direitos	1.709	-	-	1.240	469
Outras imobilizações incorpóreas	3.356.124	582.687	-	3.938.811	-
Imobilizações em curso	319.180	-	-	319.180	-
	14.373.675	615.083	-	10.496.316	4.492.442
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	2.583.120	-	-	-	2.583.120
Edifícios e outras construções	7.915.226	-	-	-	7.915.226
Equipamento básico	13.584.832	779.836	-	489.118	13.875.550
Equipamento de transporte	1.397.750	48.010	150.493	19.052	1.276.214
Ferramentas e utensílios	76.797	357	-	-	77.154
Equipamento administrativo	2.271.290	3.051	491	146.195	2.127.655
Outras imobilizações corpóreas	536	-	-	-	536
	27.829.552	831.253	150.984	654.365	27.855.456
Investimentos financeiros					
Empresas do grupo	306.885	1.327	-	-	308.212
Títulos e outras aplic. financeiras	1.905.601	5.000	-	-	1.910.601
	2.212.486	6.327	-	-	2.218.814
	44.415.713	1.452.663	150.984	11.150.682	34.566.711
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
	<i>Saldo inicial</i>	<i>Aumentos</i>	<i>Alienações</i>	<i>Transf. e abates</i>	<i>Saldo final</i>
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	1.418.615	804.732	-	2.202.397	20.950
Despesas de investigação e desenvolvimento	2.701.938	1.277.340	-	2.272.749	1.706.529
Propriedade industrial e outros direitos	689	379	-	1.068	-
Outras imobilizações incorpóreas	2.744.489	282.477	-	3.026.966	-
	6.865.731	2.364.928	-	7.503.180	1.727.479
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	334.414	158.305	-	-	492.719
Equipamento básico	12.163.771	411.018	-	498.456	12.076.333
Equipamento de transporte	1.176.670	204.323	150.030	19.349	1.211.615
Ferramentas e utensílios	41.228	16.594	-	(10.714)	68.535
Equipamento administrativo	1.832.925	115.980	-	144.497	1.804.409
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-
	15.549.009	906.220	150.030	651.588	15.653.611
	22.414.740	3.271.148	150.030	8.154.768	17.381.089

As alienações de imobilizações corpóreas geraram mais-valias de € 993, registadas nos resultados extraordinários (Nota 45).

36. Informação por segmentos

Para efeitos de apresentação de uma imagem da actuação das empresas consolidantes devidamente segmentada entendeu-se adequado proceder a agrupamentos em função dos tipos de actividade. Assim, adoptaram-se os seguintes segmentos relatáveis:

Networks – inclui-se aqui, fundamentalmente, a actividade ligada a telecomunicações e afins;

T.I. – compreende a actividade desenvolvida no âmbito das tecnologias da informação;

RH e Consultoria – engloba os serviços às empresas nas vertentes de consultoria e de apoios nas áreas da contabilidade, assistência jurídica, fiscal, etc.

Publicidade – como o próprio nome indica, reúnem-se aqui as actividades desenvolvidas no campo da publicidade, quer por recurso aos modernos meios electrónicos quer a tradicional.

Os valores consolidados incluem a empresa E-Tempus SGPS mas, porque a maioria dos seus réditos não tem origem em vendas a clientes externos, não é incluída nos segmentos relatáveis. Esta empresa afecta negativamente os resultados operacionais em cerca de 2.209 mil euros.

	Networks	T. I.	R.H. e Cons,	Publicid.	Eliminações	Consolidado
RÉDITOS						
Vendas externas	13.256.447	7.474.285	63.084	2.829.806		
Vendas inter-segmentais	151.500	869.000	450.000	149.500	-1.697.000	
Réditos Totais	13.407.947	8.343.285	513.084	2.979.306	-1.697.000	24.001.434
RESULTADOS						
Resultados segmentais	437.902	-6.330.875	42.945	170.810	0	-6.022.013
Gastos da Empresa não imputados						0
Resultados operacionais						-6.022.013
Gastos de juros						-1.729.131
Proveitos de juros						382.200
Parte de lucros líquidos em associadas						102.258
Impostos s/ lucros						1.561.701
Resultados de act. ordinárias						-5.704.984
Perdas extraordinárias						0
Interesses minoritários						-182.288
Resultado Líquido						-5.887.272
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Activos do segmento	14.972.266	5.527.273	78.759	1.163.665		20.237.391
Investimento em Associadas						2.218.814
Activos da empresa não imputáveis						10.382.347
Activos totais consolidados						32.838.552
Passivos do segmento	11.556.567	5.754.519	83.759	447.789		17.012.159
Passivos da empresa não imputados						22.658.452
Passivos totais consolidados						39.670.611
Dispêndios de capital fixo	332.764	195.322	0	52.500		580.587
Depreciações	2.313.426	855.903	10.800	31.008		3.271.148
Outros gastos não desembolsados diferentes da depreciação	0	0	0	0		0

39. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, nos exercícios de 2004 e 2003, foram de € 828.715 e € 843.894, respectivamente. De acordo com os seus estatutos a empresa-mãe é responsável pelo pagamento de pensões de reforma aos Administradores que tenham desempenhado funções na empresa-mãe durante um mínimo de quinze anos, podendo a Assembleia Geral, em casos excepcionais, deliberar a atribuição deste benefício se não se encontrarem satisfeitas aquelas condições. No decurso de 2004 e 2003 não se verificaram pagamentos por não existir nenhum órgão de gestão nestas condições.

41. Reavaliação de imobilizações corpóreas (Legislação)

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

Uma parte (40%) das amortizações adicionais futuras, resultantes destas reavaliações, não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC).

No ano de 2003 a empresa-mãe reavaliou os edificios do seu imobilizado com base no valor corrente de mercado. O montante referente às amortizações decorrentes desta reavaliação não é aceite para efeitos da determinação da matéria colectável em imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas.

44. Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2004	2003
Custos e Perdas:		
Perdas em empresas interligadas		-
Juros suportados	1.322.781	1.547.771
Diferenças de câmbio desfavoráveis	65.197	166.140
Descontos de p. p. concedidos	2.981	741
Outros custos e perdas financeiras	338.171	161.530
	1.729.131	1.876.181
Resultados financeiros	(1.441.400)	(1.093.549)
Proveitos e Ganhos:		
Ganhos em empresas interligadas	114.971	113.845
Juros obtidos	4.370	7.592
Diferenças de câmbio favoráveis	162.424	581.067
Descontos de p. p. obtidos	5.966	918
Outros proveitos e ganhos financeiros		79.210
	287.730	782.632

45. Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidados

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2004	2003
Custos e Perdas:		
Donativos	5.050	141.379
Dívidas incobráveis	131.087	105.170
Perdas em imobilizações (Nota 27)	18.894	-
Multas e penalidades	32.099	2.336
Correcções relativas a exercícios anteriores	554.407	1.007.379
Outros custos e perdas extraordinárias	90.481	242.016
	832.018	1.498.279
Resultados extraordinários	(575.288)	(686.397)
Proveitos e Ganhos:		
Recuperação de dívidas	-	-
Ganhos em imobilizações (Nota 27)	993	360.082
Redução de amortizações e provisões	185.190	35.780
Correcções relativas a exercícios anteriores	62.891	149.314
Outros proveitos e ganhos extraordinários	7.656	266.706
	256.730	811.882

46. Movimento ocorrido nas provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo Inicial	Aumento	Utilização	Saldo Final
Provisões para clientes de cobrança duvidosa	1.979.442	550.708	177.307	2.352.843
Provisões para outros devedores	163.454	571.588	-	735.042
Provisões para riscos e encargos		1.817.876		1.817.876
	2.142.896	2.940.171	177.307	4.905.760

Conforme descrito na Nota 15, foram reforçadas em €768.600 as provisões omissas nas empresas do grupo.

47. Locação financeira

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas não vencidas, no montante de € 6.321.400, registadas na rubrica "Fornecedores de Imobilizado". Aquelas rendas vencem-se nos próximos exercícios como segue:

	Curto prazo	Médio prazo
2005	493.851	
2006		436.305
2007		438.850
2008 e seguintes		4.952.395
	493.851	5.827.550

50. Empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de Investimentos financeiros - Empresas do grupo tem a seguinte composição:

<i>Investimentos</i>	2004	2003
da E-Tempus SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.		
na Xecomplex - Equipamentos e Serviços, S.A.	308.212	306.885

51. Existências à guarda de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a empresa-mãe possuía fora das suas instalações, à guarda de terceiros, bens no valor global €153.129 e €248.601, respectivamente.

52. Imobilizações Corpóreas

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a empresa-mãe tinha imobilizações corpóreas em poder de terceiros no montante de €2.446.592.

53. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004		2003	
	<i>Saldos devedores</i>	<i>Saldos credores</i>	<i>Saldos devedores</i>	<i>Saldos credores</i>
Imposto sobre o Rend. das Pessoas Colectivas	154.209	56.160	227.223	110.845
Imposto sobre o Rend. das Pessoas Singulares	383	87.525		149.278
Imposto sobre o Valor Acrescentado	480.037	940.858	456.972	797.298
Contribuições para a Seg. Social	-	128.268		157.550
Outros	-	36		46
	634.630	1.212.847	684.196	1.215.017

54. Outros devedores e outros credores

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004		2003	
	<i>Saldos devedores</i>	<i>Saldos credores</i>	<i>Saldos devedores</i>	<i>Saldos credores</i>
Outros devedores e credores	2.564.541	375.515	3.407.220	262.537
	2.564.541	375.515	3.407.220	262.537

55. Movimento das contas de capital próprio

Estas contas tiveram os seguintes movimentos durante o exercício:

	<i>Saldo inicial</i>	<i>Aumen- tos</i>	<i>Diminui- ções</i>	<i>Transfe- rências</i>	<i>Saldo final</i>
Capital	15.000.000		9.450.000		5.550.000
Acções próprias					
Valor nominal	(118.582)	88.641		(70.318)	(100.259)
Prémios e descontos	(287.834)		88.641	70.318	(306.157)
Diferenças de consolidação	(6.545.621)			1	(6.545.620)
Ajust. partes de capital em assoc.	(137.565)	102.460 c)			(35.106)
Reservas de reavaliação	1.365.283			(18.643)	1.346.640
Reserva legal	1.174.181				1.174.181
Reservas livres	1.712.583				1.712.583
Resultados transitados	(9.475.276)	9.450.000	2.716.333 c)	(1.792.611) a)	(4.534.220)
Res. consol. líquido do exercício	(1.811.253)		5.887.272 b)	1.811.253 a)	(5.887.272)
	875.915	9.641.101	18.142.246	-	(7.625.230)

a) *Aplicação dos resultados do exercício de 2003*

b) *Resultados líquidos consolidados do exercício de 2004*

c) *Referente aos ajustamentos resultantes das alterações das participações nas subsidiárias e dos ajustamentos iniciais das novas participações*

Reservas de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 41). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da empresa-mãe.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, a empresa-mãe é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo 5% do resultado líquido anual até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa-mãe, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Diferenças de consolidação: Neste exercício não se verificou alteração nesta rubrica dado que não existiu alteração das participações da E-Tempus SGPS.

Resultados Transitados: O aumento no valor de €9.450.000 teve origem na redução de capital social que ocorreu no exercício;

A redução no valor de €2.716.333 teve origem:

no abate efectuado na Compta, SA de investimentos de anos anteriores registados em imobilizações incorpóreas, no valor de €1.973.897 e nas provisões criadas para dívidas de clientes – redução total de €2.497.054, e

na diminuição de €219.279 registou-se como consequência de alterações nos resultados transitados das participadas da E-Tempus SGPS.

56. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

Acréscimos de Proveitos:	
Outros acréscimos de proveitos	10.400
	10.400
Custos Diferidos:	
Projectos em curso	507
Publicidade e formação	68.162
Contratos de suporte técnico	136.338
Seguros	88.583
Rendas antecipadas	40.003
Outros custos diferidos	163.780
	497.373
Acréscimos de Custos:	
Férias e subsídio de férias	1.217.485
Juros a liquidar	74.924
Outros acréscimos de custos	813.345
	2.105.754
Proveitos Diferidos:	
Projectos em curso	76.073
	76.073
Impostos Diferidos:	
Activos por Impostos Diferidos	2.157.985
Passivos por Impostos Diferidos	2.022.633

57. Caixa e equivalentes

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Numerário	26.216	24.789
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.774.523	760.265
	1.800.739	785.054

58. Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos para os exercícios de 1998 e seguintes. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2000 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Segurança Social pode ser revista durante dez anos.

A Administração da empresa-mãe entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 e 2003. e acordo com a legislação fiscal vigente, os ganhos ou perdas registados por via da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais, mantendo-se a tributação dos dividendos quando distribuídos.

A Empresa registou impostos diferidos resultantes de diferenças temporais entre o momento em que os custos e proveitos são reconhecidos contabilisticamente e o momento em que são reconhecidos para efeito de apuramento da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Na Empresa, existiam dívidas em mora ao Estado ou a outros entes públicos nos seguintes montantes: €227.343 de IVA referente aos mês de Novembro e €602.544 de IVA referente ao mês de Dezembro.

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 508-D, do Código das Sociedades Comerciais, foram-nos apresentadas para exame as contas consolidadas do exercício de 2004 da **COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.**, que compreendem o balanço consolidado, a demonstração de resultados e o anexo a estas duas peças contabilísticas, bem como o respectivo relatório consolidado de gestão.

Procedemos à apreciação dos citados documentos, juntamente com a correspondente certificação legal das contas que aqui se dá por reproduzida e com a qual concordámos.

Por unanimidade, foi deliberado emitir relatório e propor que as contas consolidadas e o relatório consolidado de gestão do exercício de 2004 sejam aprovados pela assembleia geral a que alude o artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 9 de Maio de 2005

O Conselho Fiscal

- António José Caeiro Motta Veiga - Presidente

- José Manuel de Azeredo Vaz Pinto

- Moreira, Valente & Associados, S.R.O.C.
representada por José de Oliveira Moreira (roc nº 351)

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 2004, da **COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de 32.331.339 euros e um total de capital próprio negativo de 7.625.230 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.887.272 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados; e
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração (ou órgão equivalente), utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes e numa óptica de continuidade, a posição financeira consolidada da **COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa chamámos a atenção para o seguinte:
- 8.1.** No presente exercício, uma empresa do grupo, procedeu ao abate na conta de “*Despesas de investigação e desenvolvimento*” do montante de 1.973.897 euros, referente a projectos de desenvolvimento de novas tecnologias, em virtude dos mesmos não terem gerado até ao presente exercício quaisquer proveitos associados.
- 8.2.** O conjunto das Empresas incluídas na consolidação reforçaram, neste exercício, a “*Provisão para cobranças duvidosas*” pelo valor global de 2.940.171 euros, dos quais 523.157 euros, por débito de “*Resultados transitados*”.
- 8.3.** Dando cumprimento ao disposto na Directriz Contabilística nº 28, encontram-se contabilizados pelas empresas do grupo, activos e passivos por impostos diferidos, no montante de 2.157.985 euros e 2.022.633 euros, respectivamente. Os activos por impostos diferidos, resultam essencialmente dos prejuízos fiscais reportáveis, e os passivos por impostos diferidos, dos efeitos de reavaliação e mais valias suspensas. Face à actual evolução dos negócios das Empresas incluídas na consolidação, desconhecemos qual a capacidade de reversão dos resultados no futuro próximo.
- 8.4.** Uma Empresa do grupo tem, na presente data, dívidas em mora ao sector público estatal, no montante de 829.887 euros.
- 8.5.** Os capitais próprios das Empresas, “*COMPTRADING, SA*”, “*S3, SA*”, “*DEZ, SA*”, “*THINK, Lda*”, “*AUDIO MÉDIA, SA*”, “*IMOTRON, SA*” e “*TECNOTRON, SA*”, incluídas na consolidação encontram-se negativos.

Lisboa, 09 de Maio de 2005

MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC
Nº 196 de inscrição no Registo de Auditores da CMVM
Representada por José de Oliveira Moreira (roc nº 351)